

Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS¹ na Amazônia rondoniense

Reducción de las desigualdades sociales mediante servicios móviles del INSS en la región amazónica de Rondônia

Reducing social inequality through the INSS's itinerant service in the Amazon region of Rondônia

**Saulo Sampaio
Macedo**

Instituto Nacional do
Seguro Social em
Rondônia

saulo.ssm@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-1258-1184>

Resumo

Neste artigo, é examinado o impacto das políticas públicas previdenciárias nas comunidades ribeirinhas da Amazônia rondoniense, por meio do programa PREVBarco. O atendimento itinerante do PREVBarco visa prestar serviços previdenciários a essas comunidades isoladas, as quais enfrentam grandes distâncias, dificuldades de transporte, riscos naturais e barreiras geográficas. No estudo, é analisado como o PREVBarco contribui para reduzir as desigualdades sociais entre as comunidades ribeirinhas das regiões do Guaporé-Mamoré, que recebem o atendimento do programa, em comparação com a região do Baixo Madeira, que não conta com esse serviço. A partir de uma abordagem quali-quantitativa, a pesquisa combina análise de dados históricos e contemporâneos com coleta de dados primários por meio de questionários. Parte-se da hipótese de que o PREVBarco melhora a qualidade de vida e reduz as desigualdades sociais nas comunidades atendidas, destacando a necessidade de políticas públicas adaptadas à realidade específica de cada comunidade. Além disso, promove a integração socioeconômica das populações vulneráveis, aumentando a renda e a estabilidade social na região.

Palavras-chave: Amazônia, desigualdade social, políticas públicas, PREVBarco, Previdência Social.

1 Segundo sua página oficial, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é uma “autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social com a missão de promover o reconhecimento de direito ao recebimento de benefícios administrados pela Previdência Social, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social”.

Resumen

El artículo examina el impacto de las políticas públicas de seguridad social en las comunidades ribereñas de la Amazonia rondoniana a través del programa PREVBarco. El servicio móvil de PREVBarco tiene como objetivo proporcionar servicios de seguridad social a estas comunidades aisladas, que se enfrentan a grandes distancias, dificultades de transporte, riesgos naturales y barreras geográficas. El estudio analiza cómo el programa contribuye a reducir las desigualdades sociales entre las comunidades ribereñas de las regiones de Guaporé-Mamoré, que reciben sus servicios, y las de la región del Bajo Madeira, que no disponen de ellos. La investigación combina un análisis de datos históricos y contemporáneos con la recogida de datos primarios mediante cuestionarios, utilizando un enfoque cualitativo y cuantitativo. La hipótesis parte de la idea de que PREVBarco mejora la calidad de vida y reduce las desigualdades sociales en las comunidades a las que atiende, haciendo hincapié en la necesidad de políticas públicas adaptadas a la realidad específica de cada comunidad. Además, promueve la integración socioeconómica de las poblaciones vulnerables, lo que aumenta la renta y la estabilidad social en la región.

Palabras clave: Amazonía, desigualdad social, políticas públicas, PREVBarco, Seguridad Social.

Abstract

This article examines the impact of public social security policies on riverside communities in the Rondonian Amazon, through the PREVBarco program. PREVBarco's itinerant service aims to provide social security services to these isolated communities, which face great distances, transportation difficulties, natural risks and geographical barriers. The study analyzes how PREVBarco contributes to reducing social inequalities between riverside communities in the Guaporé-Mamoré regions, which receive services from the program, compared to the Lower Madeira region, which does not have this service. Using a qualitative and quantitative approach, the research combines analysis of historical and contemporary data with primary data collection through questionnaires. It is based on the hypothesis that PREVBarco improves the quality of life and reduces social inequalities in the communities it serves, highlighting the need for public policies adapted to the specific reality of each community. PREVBarco promotes the socio-economic integration of vulnerable populations, increasing income and social stability in the region.

Keywords: Amazon, social inequality, public policies, PREVBarco, Social Security.

Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense

A política pública previdenciária em Rondônia, no Norte do Brasil, desempenha um papel essencial no atendimento à população mais vulnerável, muitas vezes em risco social. Essa política beneficia tanto trabalhadores urbanos quanto rurais, incluindo pescadores, extrativistas, seringueiros, indígenas, quilombolas e outros grupos.

A Amazônia rondoniense apresenta duas realidades distintas em termos de acesso e cobertura de atendimento previdenciário. Na região dos rios Guaporé e Mamoré, o programa PREVBarco — agências flutuantes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) —, oferece, ainda que de forma limitada, atendimento previdenciário itinerante, levando serviços essenciais aos residentes dessa área. Em contrapartida, na região do Rio Madeira, a ausência do PREVBarco significa que os moradores precisam se deslocar até a Agência da Previdência Social mais próxima para obter serviços, o que pode ser extremamente desafiador devido às grandes distâncias e às dificuldades de transporte.

O PREVBarco não apenas facilita o acesso aos direitos previdenciários, mas também desempenha um papel vital na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades. Para as comunidades ribeirinhas, que frequentemente vivem em áreas remotas e com infraestrutura limitada, o acesso aos serviços previdenciários é uma necessidade básica que pode melhorar significativamente a qualidade de vida e proporcionar maior segurança econômica.

A implementação de políticas públicas como o PREVBarco destaca a necessidade de adaptar as estratégias de atendimento às especificidades geográficas e culturais das comunidades. Ao levar os serviços diretamente às pessoas, ele não apenas atende às necessidades imediatas dos cidadãos, mas também fortalece o vínculo entre o Estado e as comunidades, promovendo maior senso de pertencimento e inclusão.

Em suma, as políticas públicas previdenciárias são fundamentais para garantir que todas as comunidades, independentemente de sua localização, tenham acesso aos direitos e serviços que são essenciais para sua segurança e bem-estar. A experiência das regiões do Rio Guaporé-Mamoré e do Rio Madeira serve como um importante estudo de caso sobre a eficácia e a necessidade de expandir programas como o PREVBarco para alcançar uma cobertura mais ampla e inclusiva na Amazônia rondoniense.

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos do atendimento itinerante do PREVBarco nas comunidades ribeirinhas da Amazônia rondoniense? A partir disso, o principal objetivo deste artigo é analisar como o PREVBarco contribui para a redução das desigualdades sociais entre as comunidades ribeirinhas das regiões do Guaporé-Mamoré e do Baixo-Madeira.



Este estudo é de grande relevância social e acadêmica, já que a literatura existente sobre políticas públicas previdenciárias na Amazônia rondoniense é limitada, especialmente em relação aos impactos específicos do PREVBarco. Há uma carência de estudos comparativos que analisem a diferença entre regiões atendidas e não atendidas pelo programa. Na esfera social, a pesquisa aborda diretamente as necessidades de populações vulneráveis que vivem em áreas remotas da Amazônia rondoniense, seja na região do Guaporé-Mamoré, seja na região do Baixo Madeira. Academicamente, o estudo contribui para a literatura existente ao explorar uma área relativamente pouco investigada. A Amazônia rondoniense, com suas complexas dinâmicas sociais, econômicas e geográficas, oferece um contexto único para o estudo de políticas públicas e seus impactos. A pesquisa não só amplia o conhecimento sobre a eficácia do PREVBarco, mas também pode servir como base para futuras investigações em regiões similares.

Revisão da literatura

A revisão bibliográfica deste estudo se concentra no exame das políticas públicas previdenciárias e sua execução em regiões remotas, como é o caso da Amazônia servida pelo programa PREVBarco. A revisão segue contextualizando as políticas previdenciárias brasileiras, destacando de que forma elas são adaptadas (ou não) e aplicadas (ou não) às necessidades específicas das áreas isoladas. Nesse sentido, é abordada a persistente desigualdade social na Amazônia e como o impacto socioeconômico dessas políticas pode ou não estar modificando essa realidade. Verifica-se a importância do atendimento itinerante, avaliando tanto a percepção quanto a satisfação dos entrevistados em relação a esses serviços, que são vitais para sua inclusão social e econômica. Esta revisão visa fornecer uma compreensão abrangente do cenário em que o PREVBarco opera, iluminando os desafios e os sucessos do programa na promoção de equidade e do acesso a direitos previdenciários.

Políticas públicas previdenciárias brasileiras: panorama

Este segmento aborda o conceito e os programas relacionados às políticas públicas e previdenciárias no Brasil, apresentando um breve contexto para entender sua aplicação em áreas remotas. As políticas públicas podem ser definidas como diretrizes elaboradas para enfrentar problemas coletivos, abrangendo tanto o conteúdo prático quanto simbólico das decisões políticas e o processo de formulação e execução dessas ações (Secchi, 2014). Segundo Menchise et al. (2023), a redução das desigualdades sociais e econômicas requer que o Estado desenvolva políticas públicas com efeito redistributivo, a fim de equilibrar as disparidades existentes.

As políticas de seguridade social têm como objetivo garantir proteção ao indivíduo e sua família diante de adversidades. Diferentemente, a previdência social, instituída pela Constituição de 1988 no Brasil, destina-se a fornecer suporte financeiro a seus contribuintes em momentos de incapacidade laboral devido a idade, doenças, acidentes de trabalho ou outros riscos sociais, assegurando subsistência por meio das contribuições ao sistema (Zanirato, 2009). As políticas públicas, como descrito por Secchi (2014), são elaboradas para lidar com questões que afetam a sociedade, abrangendo tanto ações concretas quanto simbólicas. Nesse contexto, as políticas de seguridade social e a previdência social, destacadas por Zanirato (2009), visam oferecer proteção e suporte financeiro aos cidadãos em situações de adversidade, como doenças e incapacidades laborais. Segundo Licona (2001), há a necessidade de programas sociais que contemplem os trabalhadores informais e as populações rurais, já que a ausência de ações voltadas a essas populações resulta na perpetuação da informalidade e na exclusão social. Essa estrutura é fundamental para regiões isoladas como o Guaporé-Mamoré e o Baixo Madeira, onde características de área isoladas e de vulnerabilidade social dos trabalhadores (problema) acentuam a dificuldade de acesso a essas políticas públicas essenciais, criando desafios significativos para a efetividade do Estado em garantir segurança e bem-estar a essas comunidades.

Nesse contexto, a política pública do PREVBarco, iniciada em setembro de 1997, no estado do Pará, consiste na prestação de serviços por meio de uma unidade móvel flutuante que percorre os rios amazônicos atendendo diversas comunidades, como indígenas, quilombolas, pescadores e trabalhadores rurais, entre outras espalhadas pela Amazônia. Seu objetivo é oferecer atendimento voltado à demanda previdenciária (Oliveira & Varella, 2014).

Embora a seguridade social tenha seu caráter universal, Jesus (2015) aponta a questão do acesso à política previdenciária do ponto de vista dos trabalhadores, destacando que, apesar de sua suposta universalidade, ela não alcança todos. Argumenta que existe uma marginalização significativa de partes da sociedade que não recebem os benefícios e as proteções oferecidos pela Previdência, o que indica falhas na abrangência do sistema. Nesse sentido, percebe-se que, apesar de o sistema da seguridade social ter a pretensão de alcançar de forma universal todos os cidadãos, há um grande vazio em atender justamente uma parte dos trabalhadores mais vulneráveis.

No caso do Brasil, há uma tradição de experimentação em políticas de inclusão econômica, especialmente na esfera rural, que produziram resultados positivos. A maioria dos programas, no entanto, sucumbiu sob o ajuste fiscal. O principal desafio para o futuro passa a ser identificar as instituições mais adequadas e os arranjos institucionais eficazes para prover esses programas em nível local (Banco Mundial, 2022).

Aplicação de políticas públicas em contextos locais

Nesta seção, discute-se como as políticas previdenciárias são adaptadas para atender às necessidades específicas de comunidades em regiões isoladas, como as áreas amazônicas. Para tanto, é importante conceber políticas sociais a partir de uma dinâmica social específica, ou seja, observando o contexto local (Kliksberg, 2005). Nesse sentido, Oliveira e Varella (2014) destacam a importância de estratégias de inclusão pela previdência social como o PREVBarco:

O presente caso trata de uma experiência de ampliação do atendimento de um órgão público cuja clientela encontra-se dispersa geograficamente em uma região de difícil acesso. Foi construído com o intuito de trabalhar a motivação de servidores e a inovação, com destaque para a necessidade de se pensar políticas públicas adequadas aos beneficiários, respeitando suas características, singularidades e diversidade. (p. 1)

As regiões do Guaporé-Mamoré e do Baixo Madeira, devido às limitações em transporte e comunicação, enfrentam um acesso restrito a serviços públicos básicos. Nessas áreas, onde o trabalho formal é escasso, o acesso a políticas públicas se torna uma oportunidade essencial para a melhoria das condições de vida, proporcionando educação, aumento de renda e, conseqüentemente, um incremento na qualidade de vida. A pesquisa demonstrou que os benefícios previdenciários, tanto os contributivos quanto os não contributivos, desempenham um papel crucial na geração de renda para a população dessas regiões, especialmente nas áreas rurais, onde a pobreza é mais acentuada. Diniz et al. (2022) destacam que o fortalecimento das políticas públicas em territórios periféricos exige ações integradas que considerem as especificidades regionais e as demandas locais. Nesse contexto, Saboia (2003) aponta que os benefícios não contributivos têm uma função fundamental na mitigação da pobreza, especialmente em regiões de difícil acesso. Lechaptois (2014) complementa afirmando que é necessário descolonizar as políticas públicas, valorizando as características culturais e sociais da região, ratificando assim a necessidade que as comunidades tenham maior voz e protagonismo na construção e implementação das políticas que afetam sua vida.

Fica evidente que políticas públicas destinadas especificamente a grupos e regiões particulares são fundamentais para o desenvolvimento individual, pois promovem o acesso a oportunidades que estimulam o crescimento pessoal e a autonomia. O reconhecimento dos progressos significativos alcançados na criação de políticas voltadas para segmentos vulneráveis demonstra como iniciativas e programas de transferência de renda e acesso à educação contribuem diretamente para a melhoria das condições de vida de cada indivíduo. Nesse contexto, o Brasil ganhou destaque internacional na primeira década dos anos 2000 por suas conquistas no desenvolvimento econômico e social, resultado de políticas estatais que favoreceram não apenas a mobilidade social das camadas mais pobres da população,

mas também o fortalecimento da capacidade de ação dos indivíduos. As políticas públicas, nesse contexto, desempenharam um papel central no desenvolvimento pessoal ao possibilitar o acesso a recursos essenciais para o crescimento educacional, profissional e social (Das Neves et al., 2017). Para ampliar esse impacto, é essencial desenvolver novas estratégias inclusivas e fortalecer as conexões entre políticas existentes, abordando obstáculos como baixos níveis de escolaridade e limitado acesso ao mercado de trabalho, desafios que afetam diretamente o progresso individual (Schneider, 2015; Garcia et al., 2016). Além disso, Lechaptois (2014) destaca a importância de incluir práticas e saberes locais, promovendo uma abordagem que valorize a experiência individual no contexto das políticas públicas, em consonância com o conceito dos burocratas de rua de Lipsky (1980).

Desigualdade social na Amazônia: impactos socioeconômicos das políticas públicas

Nos anos 2000, iniciou-se um período em que as políticas sociais no Brasil passaram por uma expansão significativa, levando alguns estudiosos a caracterizarem esse processo como o desenvolvimento de um “estado de bem-estar social” (Campello et al., 2014; Neri, 2012). A política pública do PREVBarco é um belo exemplo dessas políticas. Se, em 1997, iniciou-se com uma unidade no Pará, em 2012, já somavam quatro unidades de atendimento itinerante por meio do PREVBarco (Oliveira & Varella, 2014).

Segundo Kliksberg (2005), a pobreza é um fenômeno multidimensional e que sua superação exige uma abordagem integral. Além disso, está concentrada nas áreas rurais, onde a falta de acesso a serviços básicos e a baixa qualificação profissional perpetuam seu ciclo (Banco Mundial, 2022). Nesse sentido, Kliksberg (2005) aponta a necessidade de se criarem condições para alcançar a equidade, especialmente em contextos de grande desigualdade como a Amazônia. Portanto, espera-se que a política pública do PREVBarco desempenhe um papel preponderante de transferência de renda aos trabalhadores daquelas regiões mais isoladas que se encaixem nos critérios legais para a concessão dos benefícios previdenciários e assistenciais. Nesse sentido, as transferências de renda influenciam a dinâmica do mercado local e o cotidiano da comunidade, especialmente em áreas rurais com altos índices de pobreza (Neri, 2012), resultando em melhorias no consumo. Essa distribuição de renda e fomento da dinâmica local mobiliza os trabalhadores e o pouco comércio que ainda subsiste na região. Assim, a política pública do PREVBarco causa impacto socioeconômico positivo na região.

O desenvolvimento econômico deve ser acompanhado do desenvolvimento humano, que Sen (2000) denomina “liberdade” em sua teoria. Esse autor destaca que a maior contribuição do desenvolvimento de um país está nas oportunidades que oferece à população para fazer escolhas e exercer sua cidadania, abrangendo não apenas direitos sociais básicos, como saúde

e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura. Menchise et al. (2023) apontam que o Estado tem que aplicar o efeito redistributivo em suas políticas, um efeito que significa não uma procura da igualdade, mas sim uma redução das desigualdades dentro de uma sociedade determinada com padrões admissíveis.

Estudos empíricos têm confirmado as afirmações dos pesquisadores de políticas públicas e de desenvolvimento: a proteção social e o desenvolvimento precisam ser abordados de forma integrada, com a proteção social servindo de base para o desenvolvimento. Dados os resultados positivos da primeira fase das políticas de desenvolvimento social no Brasil, que abordaram problemas históricos como a pobreza e a desigualdade, é hora de avançar para a próxima etapa. É necessário consolidar esses resultados para que o Brasil possa progredir em direção a um maior desenvolvimento (Das Neves et al., 2017).

É justamente nesse cenário de desigualdade social histórica que se situam as regiões do Guaporé-Mamoré e do Baixo Madeira. Nessas localidades, os moradores se estabeleceram atraídos pela promessa de grandes riquezas provenientes dos ciclos econômicos passados que não se concretizaram. Os confrontos ao longo da história forçaram esses trabalhadores a se aprofundarem cada vez mais na floresta amazônica, alcançando locais a que as políticas públicas não chegam, onde as pessoas não possuem possibilidades de escolhas. Por isso, políticas públicas voltadas para a região e que levem em consideração as condições locais são cruciais para proporcionar uma melhor qualidade de vida. Além disso, Hall e Midgley (2004) e Kliksberg (2005) observam que a melhoria das condições sociais e econômicas de uma população, a partir de uma ação coordenada entre políticas sociais e de desenvolvimento, pode desenvolver o capital humano e aumentar a autonomia dos beneficiários, bem como melhorar sua qualidade de vida. No entanto, eles reconhecem as limitações desse mecanismo para promover o desenvolvimento.

Metodologia

Abordagem

Este estudo adota uma abordagem metodológica quali-quantitativa, combinando métodos exploratórios e descritivos, com foco específico em como o PREVBarco contribui para mitigar as desigualdades sociais. A pesquisa foi conduzida em duas fases principais a fim de proporcionar uma compreensão abrangente das características e impactos nas regiões do Guaporé-Mamoré e do Baixo Madeira.

Na primeira fase, realizou-se estudo exploratório, com o objetivo de mensurar os dados iniciais e a realidade atual das regiões em foco, ou seja, identificar e descrever as características socioeconômicas, geográficas e administrativas das regiões do Guaporé-Mamoré e do Baixo

Madeira. As informações iniciais foram obtidas por meio de uma revisão de dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Na segunda fase, procedeu-se à análise descritiva, a qual buscou detalhar e interpretar os dados coletados com ênfase na mitigação das desigualdades sociais. A partir de questionários aplicados às comunidades ribeirinhas, foram coletados dados primários para compreender as percepções e experiências dos moradores sobre o atendimento do PREVBarco e seu impacto na redução das desigualdades sociais.

A análise dos dados envolveu técnicas estatísticas e qualitativas para identificar padrões, tendências e impactos do programa nas comunidades estudadas. Este processo permitiu uma comparação detalhada entre as duas regiões, destacando diferenças e semelhanças no acesso e na cobertura dos serviços previdenciários, bem como seus efeitos na redução das desigualdades sociais. Em resumo, a metodologia adotada neste estudo combina a robustez da análise quantitativa com a profundidade da análise qualitativa, proporcionando maior compreensão dos impactos do PREVBarco na mitigação das desigualdades sociais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia rondoniense.

Coleta de dados

A pesquisa foi realizada em duas regiões de Rondônia, com foco na análise dos impactos do PREVBarco nas comunidades ribeirinhas, conforme a Figura 1.

Figura 1



Região de Guajará Mirim (área azul): denominada "Guaporé-Mamoré"

Localidades visitadas: Distrito de Surpresa, Aldeia Sagarana, Aldeia Sotério, Aldeia Ricardo Franco, Aldeia Capoeirinha, Aldeia Santo André, Aldeia Rio Negro Ocaia, Aldeia Tanajura, Comunidade Santa Margarida, Comunidade Nova Colônia.

Região de Porto Velho a Humaitá (área verde): denominada “Baixo Madeira”

Localidades visitadas: Distrito de Cujubim Grande, Ramal Maravilha, Ramal Aliança, Distrito de São Carlos, Comunidade do Cuniã, Distrito de Calama, Comunidade Demarcação, Comunidade Cavalcante e Aldeia Marmelo.

Essas etapas foram cruciais para coletar dados diretamente das comunidades, o que permitiu uma análise comparativa dos impactos do PREVBarco na mitigação das desigualdades sociais entre as duas regiões.

A coleta de dados primários foi realizada a partir de um questionário estruturado (Anexo I) aplicado diretamente com as comunidades ribeirinhas das regiões do Guaporé-Mamoré e do Baixo Madeira. O questionário foi desenvolvido para obter informações demográficas, socioeconômicas e a percepção dos moradores sobre os serviços do INSS e do PREVBarco. Além disso, foi aplicado presencialmente, com apoio de lideranças locais para facilitar o acesso e a comunicação com os moradores. As respostas foram coletadas e analisadas para compreender a percepção dos serviços previdenciários e a eficácia do PREVBarco na mitigação das desigualdades sociais.

A coleta de dados secundários foi obtida de diversas fontes, como INSS, IBGE e Organisation for Economic Co-operation and Development. A análise de dados históricos e contemporâneos envolve a revisão de documentos e registros que descrevem a evolução socioeconômica e demográfica das regiões estudadas. Esta análise permite contextualizar os dados primários coletados e fornece uma base para entender as mudanças e as tendências ao longo do tempo. A comparação entre os dados históricos e contemporâneos ajuda a identificar o impacto das políticas públicas, especialmente o PREVBarco, na redução das desigualdades sociais.

Em resumo, a combinação de dados primários e secundários permite uma análise abrangente e detalhada dos impactos do PREVBarco nas comunidades ribeirinhas da Amazônia rondoniense.

Análise de dados

A análise de dados deste estudo foi realizada em três etapas principais: coleta de dados externos, análise descritiva dos dados primários e mensuração de impacto da política pública. Cada uma dessas etapas é descrita detalhadamente a seguir.

Dados externos

Para contextualizar e complementar os dados primários obtidos por meio do *survey*, foram utilizados dados secundários de fontes respeitáveis como o IBGE, a Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios Contínua e a Amazônia Legal em Dados (2023). Eles fornecem informações relevantes sobre a população de Rondônia, incluindo aspectos demográficos, socioeconômicos e de desigualdade social.

Análise descritiva

Para medir a opinião pública, foi aplicado um questionário *survey* com o objetivo de coletar dados sobre a qualificação dos entrevistados, incluindo idade, gênero, estado civil, ocupação, escolaridade e renda. Além disso, o questionário visava captar respostas sobre o atendimento e a realidade dos serviços prestados no contexto da seguridade social. O questionário foi formulado utilizando a escala de Likert (Anexo I). Para a análise dos dados coletados por meio do *survey*, foi utilizado o Microsoft Excel. Esses dados foram tabulados e analisados para cada região estudada.

Mensuração de impacto

Para mensurar o impacto da política pública (causa e efeito), foi utilizado o método de pareamento (*matching*). Essa ferramenta matemático-estatística permite a construção de grupos de tratamento e controle que sejam o mais semelhantes possível. Dessa forma, a única diferença entre os grupos é a participação no programa, ou seja, o atendimento pela política do PREVBarco.

Tabela 1 - Exemplo de dados e características dos participantes do questionário

Recebe a Política do Prevbarco					Não Recebe a Política do Prevbarco				
Pessoa	Faixa Etária	Sexo	Ocupação	Nível Escolar	Pessoa	Faixa Etária	Sexo	Ocupação	Nível Escolar
A	35-40	Fem	Empregado	Superior	F	35-40	Mas	Cont. Ind.	Médio
B	25-30	Mas	Empregado	Médio	G	45-50	Mas	Extrativista	Básico
C	55-60	Mas	Indígena	Analfabeto	H	50-55	Fem	Indígena	Básico
D	45-50	Fem	Extrativista	Básico	I	35-40	Fem	Empregado	Médio
E	15-20	Mas	Doméstica	Básico	J	15-20	Fem	Extrativista	Básico

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 1 ilustra a formação dos grupos de tratamento e controle, em que o grupo de tratamento recebe a política pública do PREVBarco e o grupo de controle não. No quesito “a”, referente à opinião pública sobre os serviços previdenciários, foi considerada a totalidade dos dados coletados. Já para o quesito “b”, que mensura o impacto da política pública do

PREVBarco, foi utilizada a técnica de pareamento (*matching*). Essa técnica pode resultar na exclusão de alguns dados, pois exige a criação de grupos de tratamento e controle baseados em características observáveis.

O método de pareamento (*matching*) requer que a seleção dos indivíduos para os grupos de tratamento e controle seja feita com base em características observáveis. Isso significa que, para cada indivíduo no grupo de tratamento, deve haver um indivíduo correspondente no grupo de controle com características observáveis idênticas. Neste estudo, os critérios observáveis são sexo, faixa etária, estado civil e escolaridade. Para fins deste estudo, consideram-se “idênticos” os indivíduos que compartilham pelo menos três das características observáveis.

Dito isso, ao analisarmos a Tabela 2 (exemplo do pareamento por características observáveis), identifica-se que os indivíduos “A” e “I”, “D” e “G” e “E” e “J” são idênticos em parte das características observáveis entre si, atendendo aos critérios de elegibilidade para a formação dos grupos de tratamento e controle. Portanto, a composição dos grupos de tratamento e controle é atualizada, resultando em um número reduzido de indivíduos. Isso ocorre porque nem todos os entrevistados e participantes da amostra inicial se qualificam para a nova amostra após o processo de pareamento, visto que não possuíam os critérios mínimos com as três ou mais características observáveis necessárias para serem considerados idênticos.

Tabela 2 - Exemplo do pareamento por características observáveis

Recebe a Política do Prevbarco					Não Recebe a Política do Prevbarco				
Pessoa	Faixa Etária	Sexo	Ocupação	Nível Escolar	Pessoa	Faixa Etária	Sexo	Ocupação	Nível Escolar
A	35-40	Fem	Empregado	Superior	F	35-40	Mas	Cont. Ind.	Médio
B	25-30	Mas	Empregado	Médio	G	45-50	Mas	Extrativista	Básico
C	55-60	Mas	Indígena	Analfab eto	H	50-55	Fem	Indígena	Básico
D	45-50	Fem	Extrativista	Básico	I	35-40	Fem	Empregado	Médio
E	15-20	Mas	Doméstica	Básico	J	15-20	Fem	Doméstica	Básico

Fonte: Elaboração própria

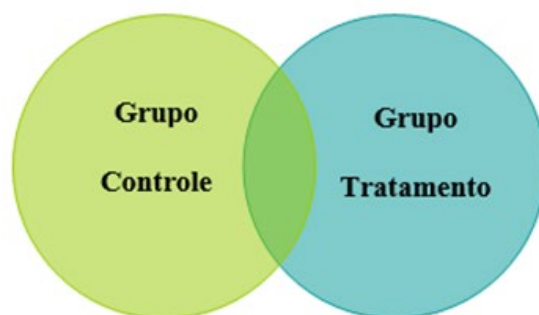
Tabela 3 - Exemplo dos grupos de tratamento e controle após pareamento (matching)

Recebe a Política do Prevbarco					Não Recebe a Política do Prevbarco				
Pessoa	Faixa Etária	Sexo	Ocupação	Nível Escolar	Pessoa	Faixa Etária	Sexo	Ocupação	Nível Escolar
A	35-40	Fem	Empregado	Superior	I	35-40	Fem	Empregado	Médio
D	45-50	Fem	Extrativista	Básico	G	45-50	Mas	Extrativista	Básico
E	15-20	Mas	Doméstica	Básico	J	15-20	Fem	Doméstica	Básico

Fonte: Elaboração própria

A esse grupo estabelecido na Tabela 3 denomina-se “suporte comum”. O conceito desse grupo implica dizer que alguns indivíduos constantes do grupo de tratamento e controle são idênticos ao ponto de existirem em ambos os grupos.

Figura 2 - Diagrama de Venn (Identificação do Grupo “Suporte Comum”)



Fonte: Elaboração própria

O grupo de “suporte comum”, conforme ilustrado na Figura 2, está localizado na intersecção de dois conjuntos: Conjunto C (grupo de controle) e Conjunto T (grupo de tratamento), ou seja, “ $C \cap T$ ”. Esse subconjunto, $C \cap T$, inclui os indivíduos “A”, “D” e “E” (grupo de tratamento) e “I”, “G” e “J” (grupo de controle), que são “idênticos” e correspondentes entre si, respectivamente.

Partindo do pressuposto de que os indivíduos foram selecionados e os grupos de tratamento e controle foram estabelecidos da forma mais semelhante possível, a única diferença entre eles deve ser a percepção da política pública do PREVBarco. Após determinar o pareamento entre os grupos e formar o grupo de “suporte comum”, foi possível proceder à estimativa do impacto.

Cálculo do impacto

O cálculo do impacto foi realizado pelo indicador renda (Y). Para este estudo, foi realizado o impacto médio utilizando os dados obtidos do grupo de “suporte comum”, considerando justamente os pares formados na Tabela 3. A partir de então, tem-se o incremento da informação de renda a cada indivíduo selecionado para compor o grupo de tratamento e controle por pareamento.

Tabela 4 - Exemplo de estabelecimento de dados para cálculo do impacto através do indicador renda.

Recebe a Política do Prevbarco

Pessoa	Renda (R\$)
A	1412,00
D	2118,00
E	706,00

Não Recebe a Política do Prevbarco

Pessoa	Renda (R\$)
I	706,00
G	1412,00
J	706,00

Fonte: *Elaboração própria*

A Tabela 4 simula alguns valores para fins de entendimento. O impacto é obtido do resultado do seguinte sistema de operações matemáticas:

$$\text{Impacto} = \dot{Y}_t - \dot{Y}_c$$

$$\dot{Y}_t = (\dot{Y}_{t1} + \dot{Y}_{t2} + \dot{Y}_{t3})/3$$

$$\dot{Y}_c = (\dot{Y}_{c1} + \dot{Y}_{c2} + \dot{Y}_{c3})/N$$

Em que:

impacto é a diferença entre a média do grupo de tratamento e a média do grupo de controle;

\dot{Y}_t é a média da renda dos indivíduos constantes no grupo de tratamento;

\dot{Y}_c é a média da renda dos indivíduos constantes no grupo de controle;

$\dot{Y}_{t1}, (\dots) \dot{Y}_{tn}$ é a quantidade de indivíduos pareados no grupo de tratamento;

$\dot{Y}_{c1}, (\dots) \dot{Y}_{cn}$ é a quantidade de indivíduos pareados no grupo de controle.

O denominador da operação matemática é o numeral 3, pois, nesse exemplo, estão sendo utilizados três indivíduos no pareamento ($N = 3$).

Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense

Dessa forma, verifica-se que o impacto é calculado pela diferença das médias dos novos grupos de tratamento e controle, semelhantemente ao método da seleção aleatória. Como todo método, este tem suas dificuldades: o método de pareamento (*matching*) tem as dificuldades de que quanto maior o número de características observáveis, maior a dificuldade para se encontrar indivíduo “idêntico” e, quando ocorre de não haver grupo de “suporte comum”, resta inviabilizada a continuidade dessa técnica.

Resultados

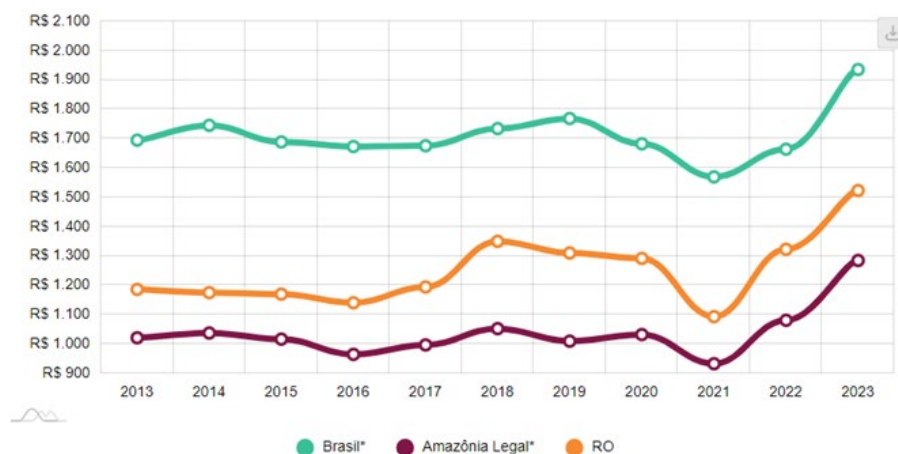
Para medir a opinião pública, foi aplicado um questionário *survey* com o objetivo de coletar dados sobre a qualificação dos entrevistados, incluindo faixa etária, gênero, estado civil, escolaridade e renda. Além disso, o questionário visava captar respostas sobre o atendimento e realidade dos serviços prestados no contexto da seguridade social. O questionário foi formulado utilizando a escala de Likert (Anexo I). Para fins deste estudo, foram utilizadas as questões Q2, Q3, Q4 e Q6.

Para a análise dos dados coletados pelo *survey*, foi utilizado o Microsoft Excel. Esses dados foram tabulados e analisados para cada região estudada.

Dados externos

Renda *per capita*

Figura 3 - Renda Per Capita (Brasil, Amazônia Legal e Rondônia)

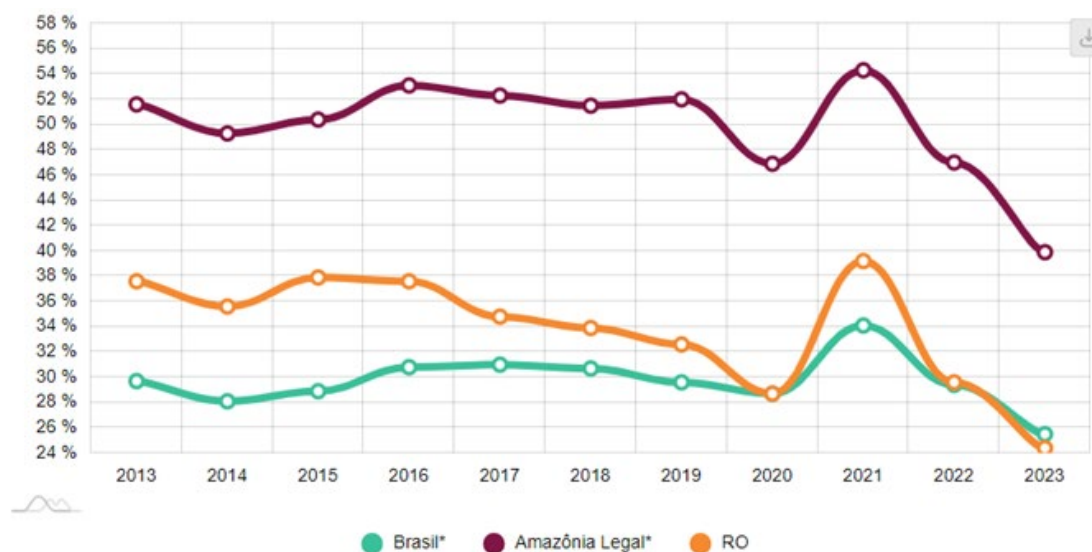


Fonte: PNAD Contínua. Obs.: em R\$ de 2023 * Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal. Amazônia Legal sem Rondônia

A renda domiciliar *per capita* do estado de Rondônia é 21,3% menor do que a média nacional, mas 18,6% maior em comparação com o restante da região. Entre 2013 e 2023, houve crescimento de 28,4% na renda domiciliar *per capita* em Rondônia, superando o aumento registrado no Brasil, que foi de 14,2%, e superior ao crescimento de 25,8% observado no restante da região. Em 2023, os dados indicam que a renda *per capita* na Amazônia Legal foi de R\$ 1.285,00; em Rondônia, foi de R\$ 1.523,40 e, no Brasil, foi de R\$ 1.935,80.

Desigualdade social – Percentual de pobres

Figura 4 - Percentual de Pobres



Fonte: PNAD Contínua. Obs: Percentual da população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 6,85 dólares PPC (2017) por dia, equivalente a uma linha média de pobreza de aproximadamente R\$ 327 mensais em valores de 2023. * Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal. Amazônia Legal sem Rondônia.

Considerando a linha de pobreza de USD\$ PPC 6,85 por dia, em 2023, 24,4% da população de Rondônia vivia em situação de pobreza. Esse percentual é menor que o registrado tanto no restante da região quanto no restante do país. Após 2014, a pobreza voltou a aumentar não apenas no restante do Brasil, mas também na região. Em Rondônia, o menor percentual de pessoas em situação de pobreza foi registrado em 2023, com 24,4%. Entre 2013 e 2023, a proporção de pessoas em situação de pobreza no estado diminuiu 13,2%, enquanto no restante do Brasil a redução foi de 4,2 pontos percentuais e no restante da região foi de 11,7%.

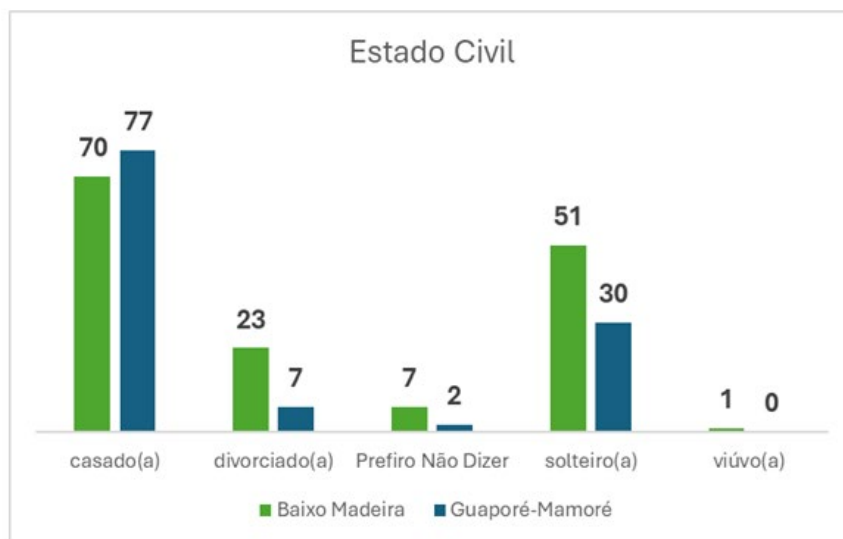
Análise descritiva

A presente análise descritiva tem como objetivo examinar os dados coletados sobre estado civil, escolaridade, gênero e faixa etária dos participantes, bem como suas respostas às questões

do *survey*, especificamente as questões Q2, Q3, Q4 e Q6. Esta análise visa identificar padrões e tendências que possam fornecer insights valiosos para a compreensão das características demográficas e das percepções dos indivíduos das regiões do Baixo Madeira e do Guaporé-Mamoré.

Estado civil

Figura 5 - Estado Civil entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 5 ilustra a distribuição do estado civil de indivíduos em duas regiões distintas: Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré. As categorias de estado civil avaliadas incluem casado(a), divorciado(a), prefiro não dizer, solteiro(a) e viúvo(a). A seguir, estão descritas as observações detalhadas para cada categoria, com os valores específicos e percentuais para ambas as regiões.

Na categoria “casado(a)”, Baixo Madeira tem 70 indivíduos, o que representa 46,1% do total de 152 pessoas pesquisadas, enquanto Guaporé-Mamoré possui 77 indivíduos, equivalente a 66,4% do total de 116 pessoas pesquisadas. A região de Guaporé-Mamoré apresenta uma proporção maior de indivíduos casados em comparação com Baixo Madeira. Em relação aos “divorciados(as)”, Baixo Madeira conta com 23 indivíduos ou 15,1% do total, em contraste com Guaporé-Mamoré, que tem 7 indivíduos, correspondendo a 6% do total. A região de Baixo Madeira possui uma quantidade significativamente maior de indivíduos divorciados em comparação com Guaporé-Mamoré.

Na categoria “solteiro(a)”, Baixo Madeira tem 51 indivíduos ou 33,6% do total, enquanto Guaporé-Mamoré tem 30 indivíduos, correspondente a 25,9% do total. A quantidade de

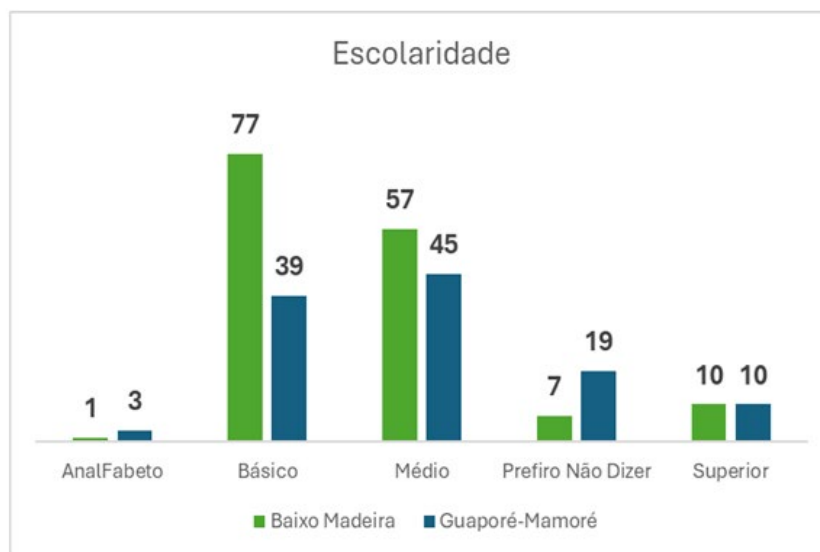
indivíduos solteiros é consideravelmente maior em Baixo Madeira do que em Guaporé-Mamoré.

Por fim, na categoria “viúvo(a)”, Baixo Madeira apresenta 1 indivíduo ou 0,7% do total, enquanto Guaporé-Mamoré não possui registros dessa categoria. A análise comparativa revela que, embora a diferença no número de casados entre as duas regiões seja pequena, Guaporé-Mamoré tem uma proporção maior de casados. A disparidade é mais notável na categoria de divorciados, com Baixo Madeira apresentando uma quantidade significativamente maior. Quanto aos que preferiram não declarar seu estado civil, ambas as regiões têm poucos indivíduos nessa categoria, mas Baixo Madeira ainda tem mais do que o dobro dos registros de Guaporé-Mamoré. A quantidade de solteiros é novamente maior em Baixo Madeira, enquanto a presença de viúvos é insignificante em ambas as regiões, com Guaporé-Mamoré não apresentando nenhum registro.

Essas observações revelam importantes diferenças na distribuição do estado civil entre as regiões de Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré. A maior quantidade de indivíduos casados em Guaporé-Mamoré sugere uma possível tendência cultural ou socioeconômica para o casamento nessa região. Em contraste, a maior prevalência de solteiros e divorciados em Baixo Madeira pode indicar diferentes padrões sociais ou demográficos.

Escolaridade

Figura 6 - Escolaridade entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 6 oferece uma visão detalhada da distribuição dos níveis de escolaridade em duas regiões distintas: Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré. As categorias de escolaridade

avaliadas incluem analfabeto, básico, médio, prefiro não dizer e superior. A seguir, descreve-se a distribuição desses níveis nas duas regiões, com os valores específicos e percentuais para categorias que merecem nota.

Na categoria “analfabeto”, Baixo Madeira tem 1 indivíduo, o que representa 0,7% do total de 152 pessoas pesquisadas, enquanto Guaporé-Mamoré tem 3 indivíduos, correspondendo a 2,6% do total de 116 pessoas pesquisadas. A região de Guaporé-Mamoré apresenta uma proporção ligeiramente maior de indivíduos nessa categoria em comparação com Baixo Madeira. Em relação ao nível “básico”, Baixo Madeira conta com 77 indivíduos ou 50,7% do total, enquanto Guaporé-Mamoré possui 39 indivíduos, o que equivale a 33,6% do total. A região de Baixo Madeira tem uma proporção significativamente maior de pessoas com escolaridade básica do que Guaporé-Mamoré.

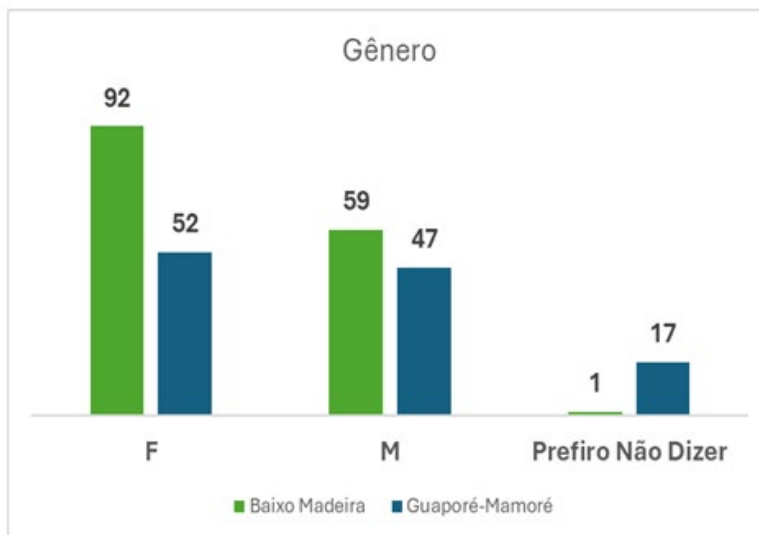
Para a categoria “médio”, Baixo Madeira tem 57 indivíduos, representando 37,5% do total, enquanto Guaporé-Mamoré tem 45 indivíduos ou 38,8% do total. A distribuição é relativamente equilibrada entre as duas regiões nessa categoria, com uma ligeira vantagem para Guaporé-Mamoré.

Por fim, na categoria “superior”, Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré têm o mesmo número de indivíduos, 10 cada, representando 6,6% do total em Baixo Madeira e 8,6% do total em Guaporé-Mamoré. Ambas as regiões têm a mesma quantidade absoluta de pessoas com escolaridade superior, mas a proporção é um pouco maior em Guaporé-Mamoré.

A análise comparativa revela diferenças significativas na distribuição dos níveis de escolaridade entre as duas regiões. Baixo Madeira apresenta uma proporção maior de indivíduos com escolaridade básica, enquanto Guaporé-Mamoré tem maior proporção de pessoas que optaram por não declarar seu nível de escolaridade. A presença de indivíduos com escolaridade média é bastante equilibrada entre as duas regiões. A equivalência no número de indivíduos com ensino superior sugere similaridade no acesso a essa formação em ambas as regiões, apesar das variações percentuais.

Gênero

Figura 7 - Gênero dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 7 ilustra a distribuição de gênero em duas regiões pesquisadas: Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré. As categorias avaliadas incluem feminino (F), masculino (M) e prefiro não dizer. As análises a seguir fornecem uma visão detalhada dos dados, com percentuais calculados para cada categoria, considerando o total de pesquisados em Baixo Madeira (152) e Guaporé-Mamoré (116).

Na categoria "feminino (F)", Baixo Madeira conta com 92 indivíduos, o que representa 60,5% do total de 152 pessoas pesquisadas. Em Guaporé-Mamoré, o número de mulheres é 52, equivalente a 44,8% do total de 116 pessoas pesquisadas. Isso indica que a proporção de mulheres no Baixo Madeira é significativamente maior do que no Guaporé-Mamoré, uma distribuição desigual de gênero entre as duas regiões, mas que, no caso da região Guaporé-Mamoré, está diretamente atrelada aos costumes da população, em que as mulheres somente participam de determinadas atividades com aval do companheiro. Logo, é natural que nem todas participem de maneira efetiva de ações de atendimento ou participem na companhia do companheiro.

Para a categoria "masculino (M)", Baixo Madeira tem 59 indivíduos ou 38,8% do total, enquanto Guaporé-Mamoré conta com 47 indivíduos, correspondendo a 40,5% do total. A diferença percentual entre as duas regiões é pequena, o que indica uma distribuição relativamente equilibrada de homens, com uma leve vantagem para Guaporé-Mamoré.

Na categoria "prefiro não dizer", Baixo Madeira apresenta 1 indivíduo, representando

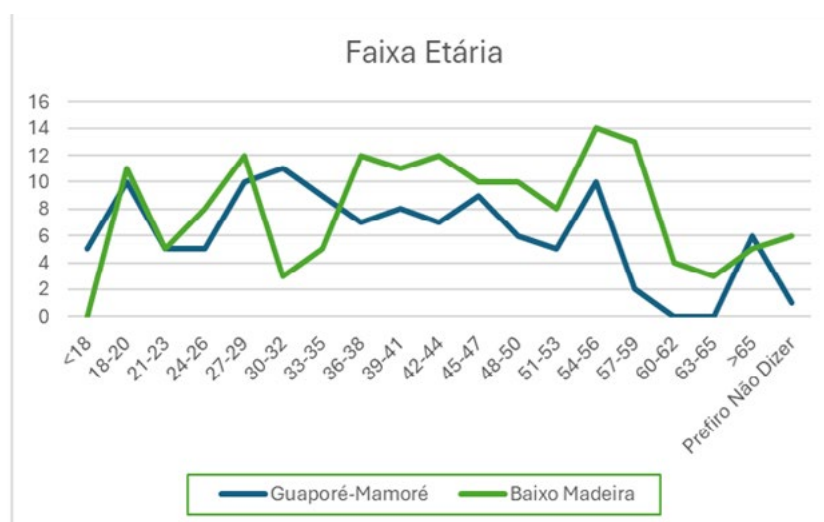
Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense

apenas 0,7% do total de 152 pesquisados. Em contraste, Guaporé-Mamoré tem 17 indivíduos, o que corresponde a 14,7% do total de 116 pesquisados. A proporção de pessoas que optaram por não declarar seu gênero é consideravelmente maior em Guaporé-Mamoré, o que pode indicar uma diferença na disposição dos indivíduos em revelar sua identidade de gênero entre as duas regiões.

A análise desses dados revela que Baixo Madeira tem uma proporção maior de mulheres em comparação com Guaporé-Mamoré. Por sua vez, a distribuição de homens é relativamente equilibrada entre as duas regiões. Esses dados são relevantes para compreender as diferenças demográficas entre Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré e podem auxiliar em análises sociológicas e na formulação de políticas públicas direcionadas a questões de gênero e identidade. Importa destacar que, na região do Guaporé-Mamoré, grande parte dos entrevistados é residente de aldeia indígena. Por questões de costume, é natural que a maioria dos entrevistados seja do sexo masculino. Isso explica a diferença no número de mulheres entrevistadas entre as regiões, bem como o fato de o Guaporé-Mamoré ter, proporcionalmente, mais homens do que o Baixo Madeira, apesar de apresentar um número absoluto inferior.

Faixa etária

Figura 8 - Faixa Etária entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 8 detalha a distribuição etária de indivíduos nas regiões do estudo: menos de 18 anos, 18-20 anos, 21-23 anos, 24-26 anos, 27-29 anos, 30-32 anos, 33-35 anos, 36-38 anos, 39-41 anos, 42-44 anos, 45-47 anos, 48-50 anos, 51-53 anos, 54-56 anos, 57-59 anos, 60-62 anos, 63-65 anos e mais de 65 anos, além da categoria “prefiro não dizer”. A seguir, descreve-se a distribuição etária para cada região, com valores específicos e percentuais.

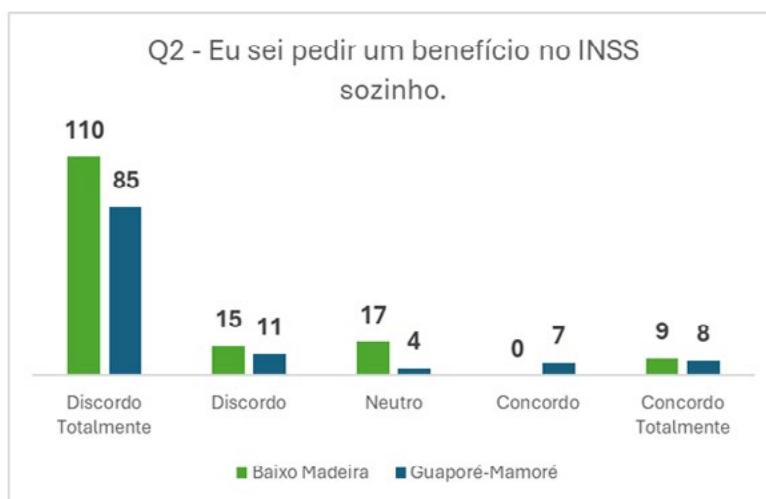
Guaporé-Mamoré tem uma distribuição etária mais diversificada em faixas menores e médias, enquanto Baixo Madeira apresenta maior proporção de pessoas nas faixas etárias superiores. A diferença na categoria “prefiro não dizer” indica uma variação na disposição dos indivíduos para revelar sua faixa etária. Esses dados são importantes para compreender as características demográficas e podem auxiliar na formulação de políticas públicas previdenciárias voltadas para a região.

O gráfico também apresenta uma distribuição etária que revela padrões gerais de variação nas faixas etárias entre as regiões em questão. De maneira geral, observa-se uma regularidade na tendência de subida e descida ao longo das faixas etárias em ambas as regiões, com algumas variações específicas que merecem atenção. A análise dos dados sugere que, embora haja certa semelhança no padrão geral de distribuição etária, existem discrepâncias que destacam características singulares de cada região, vide a faixa etária “30-32” da região do Baixo Madeira, que não acompanhou a tendência linear apresentada no gráfico, bem como a quantidade absoluta de pessoas que apontaram por “prefiro não dizer” na região do Guaporé-Mamoré.

Para a maioria das faixas etárias, a distribuição mostra uma tendência de variação semelhante entre as regiões. Em ambas, a presença de indivíduos tende a aumentar em faixas etárias intermediárias e depois diminuir conforme a idade avança. Isso sugere uma regularidade no padrão demográfico, refletindo um ciclo de vida comum, em que a população jovem se estabiliza e a representação aumenta à medida que os indivíduos envelhecem, antes de diminuir quando da idade avançada.

Q2 — Eu sei pedir um benefício no INSS sozinho

Figura 9 - Resposta Survey “Eu sei pedir um benefício no INSS sozinho”



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 9 apresenta as respostas do questionário sobre a afirmação “eu sei pedir um benefício no INSS sozinho” nas regiões do Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré. O *survey* foi categorizado em “discordo totalmente”, “discordo”, “neutro”, “concordo” e “concordo totalmente”. A seguir, descreve-se a distribuição das respostas para cada categoria, incluindo valores absolutos e percentuais, considerando o total de pesquisados em Baixo Madeira (152) e em Guaporé-Mamoré (116).

Para a categoria “discordo totalmente”, o Baixo Madeira tem 110 indivíduos, o que corresponde a 72,4% do total de 152 pesquisados. Na região do Guaporé-Mamoré, 85 indivíduos se posicionaram dessa forma, representando 73,3% do total de 116 pesquisados. Ambas as regiões apresentam alta proporção de respostas, o que indica uma discordância total e reflete uma opinião majoritária contra a afirmação elencada (Eu sei pedir um benefício no INSS sozinho).

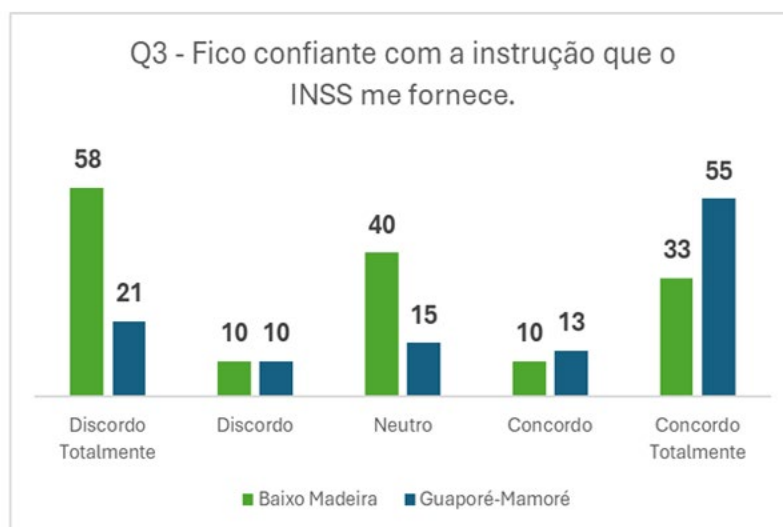
Na categoria “discordo”, Baixo Madeira tem 15 indivíduos, o que representa 9,9% do total, enquanto Guaporé-Mamoré conta com 11 indivíduos, correspondente a 9,5% do total. As proporções são bastante similares entre as duas regiões, o que indica um nível consistente de desacordo, mas menos intenso do que na categoria “discordo totalmente”.

Na categoria “concordo totalmente”, o Baixo Madeira tem 9 indivíduos, correspondente a 5,9% do total, enquanto a região do Guaporé-Mamoré tem 8 indivíduos, representando 6,9% do total. A proporção de respostas indicando concordância total é semelhante entre as duas regiões, embora ligeiramente maior em Guaporé-Mamoré.

A análise dos dados revela que, apesar das semelhanças gerais nas respostas, existem algumas diferenças significativas entre as regiões. A alta proporção de respostas “discordo totalmente” em ambas as regiões demonstra um consenso quanto a não saber pedir um benefício no INSS sozinho.

Q3 — Fico confiante com a instrução que o INSS me fornece

Figura 10 - Resposta Survey “Fico confiante com a instrução que o INSS me fornece”



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 10 apresenta as respostas do questionário sobre a respectiva afirmação “Fico confiante com a instrução que o INSS me fornece”, com as categorias, “discordo totalmente”, “discordo”, “neutro”, “concordo” e “concordo totalmente” nas regiões de Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré. A seguir, descreve-se a distribuição das respostas para cada categoria, incluindo valores absolutos e percentuais, considerando o total de pesquisados na região do Baixo Madeira (152) e na região do Guaporé-Mamoré (116).

Para a categoria “discordo totalmente”, Baixo Madeira tem 58 indivíduos, correspondendo a 38,2% do total. Na região do Guaporé-Mamoré, 21 indivíduos se posicionaram dessa forma, representando 18,1% do total. Essa diferença significativa indica que a discordância total é mais prevalente em Baixo Madeira do que em Guaporé-Mamoré.

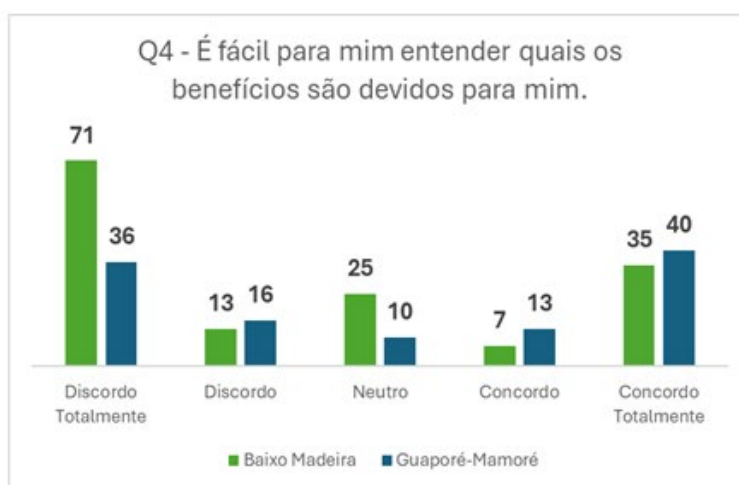
Para a categoria “neutro”, a região do Baixo Madeira tem 40 indivíduos, o que corresponde a 26,3% do total, enquanto a região do Guaporé-Mamoré tem 15 indivíduos, representando 12,9% do total. A maior proporção de respostas neutras em Baixo Madeira pode indicar maior ambivalência ou indecisão em comparação com Guaporé-Mamoré.

Por fim, na categoria “concordo totalmente”, a região do Baixo Madeira tem 33 indivíduos, correspondendo a 21,7% do total, enquanto a região do Guaporé-Mamoré tem 55 indivíduos, representando 47,4% do total. A proporção significativamente maior de respostas indicando concordância total na região do Guaporé-Mamoré destaca uma tendência de apoio mais forte à afirmativa nessa região.

A análise dos dados revela importantes diferenças nas percepções e atitudes em relação ao tema abordado entre as duas regiões. Na região do Baixo Madeira, há maior prevalência de discordância total e respostas neutras, enquanto em Guaporé-Mamoré há proporção mais elevada de concordância total. Essas variações podem refletir de diferenças socioeconômicas ou contextuais entre as regiões.

Q4 — É fácil para mim entender quais os benefícios são devidos a mim

Figura 11 - Resposta Survey “É fácil para mim entender quais os benefícios são devidos para mim”



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 11 apresenta as respostas de um questionário sobre a afirmação “É fácil para mim entender quais os benefícios são devidos a mim”, foram categorizadas em “discordo totalmente”, “discordo”, “neutro”, “concordo” e “concordo totalmente”, nas regiões do Baixo Madeira e do Guaporé-Mamoré. Abaixo, descrevem-se as principais distribuições das respostas, incluindo valores absolutos e percentuais, considerando o total de pesquisados na região do Baixo Madeira (152) e na região do Guaporé-Mamoré (116).

Para a categoria “discordo totalmente”, a região do Baixo Madeira contou com 71 indivíduos, correspondendo a 46,7% do total, enquanto, na região do Guaporé-Mamoré, 36 indivíduos se posicionaram dessa forma, representando 31% do total. Essa diferença significativa sugere que a discordância total é mais prevalente na região do Baixo Madeira do que na região do Guaporé-Mamoré, o que indica rejeição mais acentuada à afirmativa na primeira região.

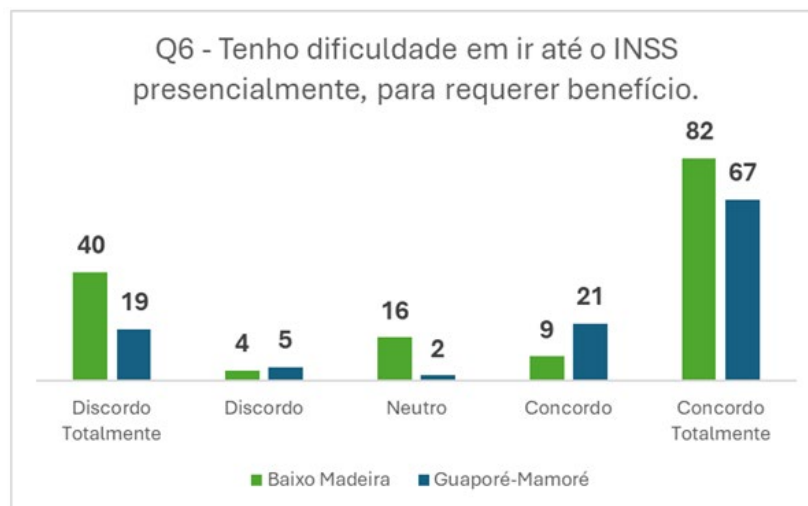
Para a categoria “neutro”, Baixo Madeira tem 25 indivíduos, o que corresponde a 16,4% do total, enquanto Guaporé-Mamoré tem 10 indivíduos, representando 8,6% do total. A maior proporção de respostas neutras em Baixo Madeira pode indicar maior ambivalência ou falta de opinião definida em comparação com Guaporé-Mamoré.

Por último, na categoria “concordo totalmente”, a região do Baixo Madeira tem 35 indivíduos, correspondendo a 23% do total, enquanto a região do Guaporé-Mamoré tem 40 indivíduos, representando 34,5% do total. A maior proporção de respostas indicando concordância total em Guaporé-Mamoré destaca uma tendência de apoio mais forte à afirmativa nessa região.

A análise dos dados revela importantes diferenças nas percepções e atitudes em relação à afirmativa entre as duas regiões. Na região do Baixo Madeira, há maior prevalência de discordância total e respostas neutras, enquanto, na região do Guaporé-Mamoré, há proporção mais elevada de concordância.

Q6 — Tenho dificuldade em ir até o INSS presencialmente para requerer o benefício

Figura 12 - Resposta Survey “Tenho dificuldade em ir até o INSS presencialmente, para requerer benefício mim”



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Figura 12 apresenta as respostas do questionário sobre a afirmativa “Tenho dificuldade em ir até o INSS presencialmente para requerer o benefício”. As respostas foram categorizadas em “discordo totalmente”, “discordo”, “neutro”, “concordo” e “concordo totalmente”, nas regiões do Baixo Madeira e do Guaporé-Mamoré. A seguir, descreve-se a distribuição das respostas para os principais achados, incluindo valores absolutos e percentuais, considerando o total de pesquisados na região do Baixo Madeira (152) e na região do Guaporé-Mamoré (116).

Para a categoria “discordo totalmente”, a região do Baixo Madeira tem 40 indivíduos, correspondendo a 26,3% do total. Por sua vez, a região do Guaporé-Mamoré possui 19 indivíduos que se posicionaram dessa forma, representando 16,4% do total. Essa diferença significativa indica que a discordância total é mais prevalente na região do Baixo Madeira do que na região do Guaporé-Mamoré, sugerindo uma rejeição maior à afirmativa na primeira região.

Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense

Na categoria “concordo totalmente”, a região do Baixo Madeira tem 82 indivíduos, correspondendo a 53,9% do total, enquanto a região do Guaporé-Mamoré tem 67 indivíduos, representando 57,8% do total. A alta proporção de respostas indicando concordância total em ambas as regiões destaca uma tendência de apoio forte à respectiva afirmativa.

A análise dos dados revela que, na região do Baixo Madeira, há maior prevalência de discordância total e respostas neutras, enquanto na região do Guaporé-Mamoré há proporção mais elevada de concordância.

Mensuração de impacto

Para mensurar o impacto da política pública (causa e efeito), foi utilizado o método de pareamento (*matching*). Essa ferramenta matemático-estatística permite a construção de grupos de tratamento e controle que sejam o mais semelhantes possível.

Após o cruzamento dos dados dos indivíduos oriundos da região do Guaporé-Mamoré (grupo tratamento) e da região do Baixo Madeira (grupo controle), foi determinado o grupo suporte comum com indivíduos idênticos pelas características observáveis entre si. A principal premissa é que a única diferença entre esses grupos seja a participação no programa, ou seja, o atendimento pela política do PREVBarco. Dessa forma, tem-se como o grupo de suporte comum definido conforme tabela do Anexo II.

Nesse contexto, foram consideradas quatro características qualitativas principais: gênero, estado civil, escolaridade e faixa etária. Os indivíduos foram considerados “idênticos” se compartilhassem três ou quatro dessas características. A análise dos dados coletados para o estudo do impacto da política pública do PREVBarco após levantar os dados dos grupos de tratamento e controle com características observáveis identificou 23 grupos com pares de características observáveis entre si. A partir da Tabela 5, registram-se as características observáveis dentro da amostra populacional.

Tabela 5 - Características observáveis dentro amostra populacional

Características observáveis						
1	2	3	4	Características	Baixo Madeira	Guaporé-Mamoré
Casado	Analfabeto	F		3	208	264
Casado	Básico	M	48-50	4	168	74
Casado	Básico	M	48-50	4	123	62
Casado	Básico	M		3	164	85
Casado	Básico	M		3	187	70
Casado	Básico	M		3	167	68
Casado	Básico	M		3	217	36
Casado	Básico	M		3	201	60

Casado	Básico	M		3	17	132
Casado	Básico	F	45-47	4	156	54
Casado	Básico	F	45-47	4	119	18
Casado	Básico	F	51-53	4	158	43
Casado	Básico	F	54-56	4	130	44
Casado	Básico	F		3	173	80
Casado	Básico	F		3	234	19
Casado	Básico	F		3	120	30
Casado	Básico	F		3	112	71
Casado	Médio	F	24-26	4	128	49
Casado	Médio	F	27-29	4	219	52
Casado	Médio	F	36-38	4	127	31
Casado	Médio	F	39-41	4	139	77
Casado	Médio	F		3	238	33
Casado	Médio	F		3	142	262
Casado	Médio	F		3	169	50
Casado	Médio	F		3	154	47
Casado	Médio	F		3	245	39
Casado	Médio	M	27-29	4	184	102
Casado	Médio	M	36-38	4	231	109
Casado	Médio	M	36-38	4	211	106
Casado	Médio	M	39-41	4	258	58
Casado	Médio	M		3	242	98
Casado	Médio	M		3	141	105
Casado	Médio	M		3	126	81
Solteiro	básico	F	54-56	4	224	45
Solteiro	básico	M		3	179	55
Solteiro	básico	M		3	180	72
Solteiro	Médio	F	27-29	4	230	92
Solteiro	Médio	F	33-35	4	233	48
Solteiro	Médio	M	24-26	4	155	65
Solteiro	Médio	M		3	131	67
Solteiro	Superior	F		3	256	27

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Com os pares estabelecidos, efetuou-se o cálculo do impacto, comparando as médias das rendas dos grupos de tratamento e controle. A seguir, apresenta-se o cálculo do impacto utilizando os dados obtidos dos indivíduos pareados, fornecendo uma visão clara dos efeitos do PREVBarco na renda dos beneficiários. A Tabela 6 apresenta a composição de dados dos pares ordenados para o cálculo de impacto.

Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense

Tabela 6 - Composição de Dados dos Pares Ordenados para Cálculo de Impacto

Cálculo de impacto		
Pares ordenados	Guaporé-Mamoré	Baixo Madeira
1	R\$ 706,00	R\$ -
2	R\$ 706,00	R\$ 2.824,00
3	R\$ 706,00	R\$ -
4	R\$ 4.236,00	R\$ -
5	R\$ -	R\$ 706,00
6	R\$ 706,00	R\$ -
7	R\$ -	R\$ -
8	R\$ 1.412,00	R\$ -
9	R\$ 706,00	R\$ -
10	R\$ 706,00	R\$ -
11	R\$ 1.412,00	R\$ 706,00
12	R\$ 1.412,00	R\$ 2.824,00
13	R\$ 706,00	R\$ 706,00
14	R\$ 1.412,00	R\$ -
15	R\$ 706,00	R\$ -
16	R\$ 2.824,00	R\$ -
17	R\$ 1.412,00	R\$ -
18	R\$ -	R\$ 2.824,00
19	R\$ 1.412,00	R\$ 1.412,00
20	R\$ -	R\$ -
21	R\$ 706,00	R\$ -
22	R\$ 706,00	R\$ -
23	R\$ -	R\$ -
24	R\$ 2.824,00	R\$ 1.412,00
25	R\$ 1.412,00	R\$ -
26	R\$ 1.412,00	R\$ 1.412,00
27	R\$ 1.412,00	R\$ 1.412,00
28	R\$ 706,00	R\$ -
29	R\$ 706,00	R\$ 706,00
30	R\$ 706,00	R\$ 706,00
31	R\$ 706,00	R\$ 1.412,00
32	R\$ 2.824,00	R\$ 706,00
33	R\$ -	R\$ -
34	R\$ -	R\$ -
35	R\$ 1.412,00	R\$ 706,00
36	R\$ -	R\$ 1.412,00
37	R\$ 2.824,00	R\$ 706,00
38	R\$ 1.412,00	R\$ 1.412,00
39	R\$ 1.412,00	R\$ 706,00
40	R\$ 1.412,00	R\$ 2.824,00
41	R\$ 706,00	R\$ -
Valor total	R\$ 44.478,00	R\$ 27.534,00
Contagem	41	41
Média	R\$ 1.084,83	R\$ 671,56
Impacto		R\$ 413,27

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O impacto da política pública é obtido do resultado do sistema de operações matemáticas abaixo:

Sentença (I): $\text{Impacto} = \dot{Y}_t - \dot{Y}_c$

Sentença (II): $\dot{Y}_t = (\dot{Y}_{t1} + \dot{Y}_{t2} + \dot{Y}_{t3})/N3$ e $\dot{Y}_c = (\dot{Y}_{c1} + \dot{Y}_{c2} + \dot{Y}_{c3})/N3$

Em que:

impacto é a diferença entre a média do grupo de tratamento e a média do grupo de controle;

\dot{Y}_t é a média da renda dos indivíduos constantes no grupo de tratamento;

\dot{Y}_c é a média da renda dos indivíduos constantes no grupo de controle;

$\dot{Y}_{t1}, (\dots) \dot{Y}_{tn}$ é a quantidade de indivíduos pareados no grupo de tratamento;

$\dot{Y}_{c1}, (\dots) \dot{Y}_{cn}$ é a quantidade de indivíduos pareados no grupo de controle.

O denominador da operação matemática é o numeral “n” que é a soma da quantidade de participantes.

Assim, tem-se o cálculo das sentenças (II)

Grupo tratamento:

Grupo controle:

$\dot{Y}_t = (\dot{Y}_{t1} + \dot{Y}_{t(\dots)} + \dot{Y}_{t41})/41$

$\dot{Y}_c = (\dot{Y}_{c1} + \dot{Y}_{c(\dots)} + \dot{Y}_{c41})/41$

$\dot{Y}_t = \text{R\$ } 44.478,00/41$

$\dot{Y}_c = \text{R\$ } 27.534,00/41$

$\dot{Y}_t = \text{R\$ } 1.084,83$

$\dot{Y}_c = \text{R\$ } 671,56$

Sentença (II):

$\dot{Y}_t = \text{R\$ } 1.084,83$

$\dot{Y}_c = \text{R\$ } 671,56$

Sentença (I):

$\text{Impacto} = \dot{Y}_t - \dot{Y}_c$

Do sistema matemático I e II decorre:

$\text{Impacto} = \text{R\$ } 1.084,83 - \text{R\$ } 671,56$

$\text{Impacto} = \text{R\$ } 413,27$

Discussão

Percepções descritivas e realidade local

Ressalta-se que as variáveis observáveis se dividem em demográficas e socioeconômicas: estado civil, escolaridade, faixa etária e gênero. Cabe salientar também que a amostra em cada região aponta um quantitativo absoluto de 152 para a região do Baixo Madeira e 116 para a região do Guaporé-Mamoré. Nesse sentido, é importante apontar algumas percepções cruciais que podem ser significantes para a interpretação dos dados e para as conclusões.

A quantidade absoluta de casados(as) na região do Guaporé-Mamoré (77) é superior à quantidade da região do Baixo Madeira (70), bem como a representatividade dentro de cada amostra, em que 46,1% se encontram no Baixo Madeira, enquanto Guaporé-Mamoré é equivalente a 66,4%. Um ponto fundamental é apontar que grande parte dos entrevistados na região do Guaporé-Mamoré se caracteriza pela ocupação/filiação de indígenas. Na cultura dos povos indígenas, não há a instituição do conceito de casamento — termo apresentado pelo homem “branco”. Até por isso, a união estável e, no termo popular, “morar junto”, foi considerado como “casado(a)” para fins deste estudo. Isso é importante para o estudo, pois, assim como não há o conceito de casamento, também não há o conceito de divorciado(a). Embora tenham sido obtidas respostas de indígenas apontando para divorciados, isso ocorre pelo conhecimento do conceito, e não propriamente por ser uma realidade do costume local.

No tocante à educação, a região do Baixo Madeira apresenta números absolutos que diminuem com aumento da escolaridade, ou seja, são inversamente proporcionais: à medida que o nível de escolaridade avança, a quantidade de pessoas que efetivamente concluem os estudos nos níveis mais avançados na região é menor. Por sua vez, na região do Guaporé-Mamoré, percebe-se uma relativa regularidade quanto à escolaridade, onde 33,6% e 38,8% dos entrevistados se encontram nos níveis de escolaridade básico e médio, respectivamente. Menciona-se o nível de escolaridade básico e médio, pois são esses os tipos de educação oferecidos pelo Estado naquelas regiões. Cabe destacar também que, na região do Guaporé-Mamoré, há um relativo maior investimento na educação, possivelmente por ser comum que as aldeias indígenas tenham professores que lecionam para os residentes não somente na aldeia, mas também para as pessoas de comunidades próximas.

Logo, dada a política de investimentos no cuidado aos povos originários a região do Guaporé-Mamoré, ainda que minimamente, acaba sendo beneficiada com a política educacional. O mesmo cenário não ocorre no Baixo-Madeira, pois as aldeias indígenas ficam mais distantes dos povoados.

No tocante ao nível superior, tal modalidade não é ofertada na modalidade presencial em ambas as regiões. Os interessados devem deslocar-se até a cidade mais próxima, Guajará Mirim e Porto Velho, ou dependem das condições de comunicação via internet para realizá-lo via educação a distância.

Por fim, é oportuno salientar o número mínimo de analfabetos e destacar que foi percebido pelo pesquisador que o simples fato de assinar seu próprio nome faz com que o entrevistado não mais se considere como analfabeto, embora tenha grandes dificuldades de leitura e compreensão de texto. Nesse cenário, embora tenham níveis de escolaridade medianos, os participantes podem ser considerados analfabetos funcionais. Portanto, faz-se necessária a intermediação de políticas públicas direcionadas à atenção dessa parcela da população com atendimento diferenciado e específico, a fim de atender suas necessidades no tocante ao atendimento previdenciário.

A disparidade observada entre Baixo Madeira e Guaporé-Mamoré pode indicar diferenças no acesso à educação e nas oportunidades econômicas. Os dados apresentados no Gráfico 4, que se refere à escolaridade, apresentam que, na região do Guaporé-Mamoré, uma proporção de 47,4% dos entrevistados encontra-se nos maiores níveis de educação (médio e superior), enquanto isso, na região do Baixo Madeira, uma proporção de 44,1% apresenta a respectiva escolaridade.

Tabela 7 - Renda dos entrevistados com nível de escolaridade médio e superior na região do Guaporé-Mamoré

	Empregado	Extrativista	Facultativo	Indígena	Produtor Rural	Servidor - RPPS	Total Geral
1 SM		1		12		1	14
2 SM	2	2		2		1	7
3 SM						1	1
4 SM				2			2
Menor SM		4	1	12	1		18
Total Geral							42
Total em R\$							67.776,00

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Tabela 7 apresenta a renda dos entrevistados de nível médio e superior na região do Guaporé-Mamoré. Para esse cálculo, foram triangulados todos os dados dos entrevistados de nível médio e superior. No total, foram encontrados 55 entrevistados na região do Guaporé-Mamoré; foram excluídos dois, que preferiram não informar a renda e excluídos 11 sem renda. Restaram 42 entrevistados que, somadas as rendas, totalizam um valor de R\$ 67.776,00, uma média de R\$ 1.613,71.

Tabela 8 - Renda dos entrevistados com nível de escolaridade médio e superior na região do Baixo Madeira

	CI	Empregado	Indígena	Produtor Rural	Servidor – RPPS	Total Geral
1 SM	2		3	8		13
2 SM	1	2	1	3	1	8
3 SM			1			1
Menor SM	1		7	12		20
Total Geral	7	2	15	42	1	42
Total em R\$						59.304,00

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Tabela 8 apresenta a renda dos entrevistados de nível médio e superior na região do Baixo-Madeira. Foram triangulados todos os dados dos entrevistados de nível médio e superior. No total, foram encontrados 67 entrevistados na região do Baixo Madeira; foram excluídos 25 sem renda. Restaram 42 entrevistados que, somadas as rendas, totalizam um valor de R\$ 59.304,00, uma média de R\$ 1.412,00.

Assim, é possível observar uma correlação entre a escolaridade e a renda. Embora a composição socioeconômica das regiões contemple outros fatores, infere-se que, quanto maior a escolaridade, maior também a renda média.

No tocante ao gênero, a região Guaporé-Mamoré possui particularidades que, em tese, aumentam o número de entrevistados do sexo masculino. É comum que as mulheres sejam entrevistadas somente com a autorização do companheiro ou, na ausência deste, com a autorização do cacique. Portanto, em várias unidades, boa parte das entrevistas foi realizada com homens. Além disso, mesmo com costumes locais e uma possível diminuição do público feminino por contadas tradições, ainda assim a quantidade do público feminino é superior ao masculino em ambas as regiões, conforme o Gráfico 5, que tratou do gênero.

Observado o padrão de que, para a maioria das faixas etárias, a distribuição mostra uma tendência de variação semelhante entre as regiões, a distribuição etária sugere que a população mais velha em Baixo Madeira pode enfrentar mais desafios relacionados à mobilidade e ao acesso a serviços de seguridade social. Refere-se especificamente à seguridade social, pois parte desses serviços é prestado pelo INSS, ou seja, pelo PREVBarco. No entanto, a região do Baixo Madeira não recebe a política pública do atendimento itinerante do PREVBarco.

Análise comparativa das percepções do questionário

Os resultados do *survey* realizado nas regiões do Baixo Madeira e do Guaporé-Mamoré oferecem uma visão detalhada da percepção e satisfação dos indivíduos em relação à prestação do serviço do INSS, principalmente no tocante ao requerimento de benefícios e à confiança nas

instruções fornecidas pela instituição. A análise das respostas categorizadas revela diferenças significativas entre as regiões, em que foi possível identificar tendências e possíveis causas para as disparidades observadas.

Q2 — Eu sei pedir um benefício no INSS sozinho

A análise dos dados de Q2 demonstra que uma proporção substancial dos entrevistados nas duas regiões discorda totalmente da afirmação de que sabem como solicitar um benefício do INSS de forma autônoma. No Baixo Madeira, 72,4% dos indivíduos discordam totalmente, comparado com 73,3% no Guaporé-Mamoré. Esses números refletem uma lacuna significativa no conhecimento e na capacidade dos cidadãos de acessar serviços de previdência social sem assistência de outras pessoas. É importante ressaltar que, na região do Guaporé-Mamoré, a Fundação Nacional dos Povos Originários (Funai) auxilia a população na realização de pedidos administrativos junto ao INSS, intermediando as solicitações dos indígenas quando necessário. Além disso, existe um acordo de cooperação técnica entre o INSS e a Funai para facilitar o atendimento.

Q3 — Fico confiante com a instrução que o INSS me fornece

Para a Q3, a confiança nas instruções fornecidas pelo INSS varia consideravelmente entre as regiões analisadas. No Baixo Madeira, 38,2% dos entrevistados discordam totalmente da afirmação, enquanto no Guaporé-Mamoré, apenas 18,1% compartilham dessa opinião. Além disso, 47,4% dos entrevistados em Guaporé-Mamoré concordam totalmente com a afirmação em contraste com 21,7% no Baixo Madeira.

Esses resultados indicam que as percepções de eficiência e clareza nas instruções do INSS diferem substancialmente entre as duas regiões. É fundamental destacar que a região do Guaporé-Mamoré é beneficiada pela política pública do PREVBarco, enquanto o Baixo Madeira não recebe esse programa.

Considerando que não há unidades administrativas espalhadas nas localidades rurais para elucidar, informar e atender questões previdenciárias, a única diferença prática para esse quesito é a presença do PREVBarco no Guaporé-Mamoré. Os residentes dessa região, que de alguma forma têm acesso ao PREVBarco, manifestaram concordância total (47,4%) em relação à confiança nas instruções dos servidores do INSS. Em contraste, os entrevistados do Baixo Madeira mostraram discordância total (38,2%) quanto à confiança nas informações fornecidas pelos servidores do INSS.

Enquanto o grupo que recebe o PREVBarco tem a vantagem do atendimento direto em suas comunidades ribeirinhas, o grupo que não recebe o programa precisa se deslocar até

a unidade mais próxima, geralmente em Porto Velho (Rondônia) ou Humaitá (Amazonas). Esse deslocamento pode ser oneroso e desgastante, o que, como evidenciado pelos dados da pesquisa, resulta em um conhecimento insuficiente para expressar corretamente suas necessidades e pretensões, prejudicando assim a realização um pedido adequado.

Nesse questionamento, as proporções são inversamente relacionadas: quando uma região concorda totalmente, a outra tende a discordar totalmente, e vice-versa. Isso evidencia uma clara diferença de percepção e satisfação em relação à confiança e ao trabalho desempenhado pelo INSS no atendimento dessa parcela da população.

Q4 — É fácil para mim entender quais os benefícios são devidos a mim

Os dados da Q4 indicam maior dificuldade na compreensão dos benefícios devidos na região do Baixo Madeira, com 46,7% dos entrevistados discordando totalmente da afirmação em comparação com 31% na região do Guaporé-Mamoré. Em contrapartida, a proporção de indivíduos que concordam totalmente é maior no Guaporé-Mamoré (34,5%) do que no Baixo Madeira (23%), apresentando diferenças na clareza e acessibilidade das informações sobre benefícios.

A interpretação dos resultados da Q4 é semelhante à da Q3, embora as proporções sejam menores. Os gráficos da Q3 e Q4 apresentam tendências de barras similares, com grandezas inversamente proporcionais: quando uma região concorda totalmente, a outra tende a discordar totalmente. Novamente, as pessoas do grupo de tratamento (Guaporé-Mamoré) mostram maior concordância total; desta vez, em relação à compreensão dos benefícios devidos.

Considerando as distâncias dos grandes centros urbanos e as dificuldades de comunicação, culminando em dificuldades de respostas nos centro urbanos, supõe-se que essa manifestação ocorra devido ao atendimento humanizado e específico proporcionado pelo PREVBarco. Esse programa oferece informações e orientações mais claras sobre os direitos previdenciários, melhorando a compreensão dos moradores sobre os benefícios a que têm direito.

Q6 — Tenho dificuldade em ir até o INSS presencialmente para requerer o benefício

Em relação à Q6, as respostas indicam que a dificuldade de acessar fisicamente os serviços do INSS é mais prevalente no Guaporé-Mamoré, onde 57,8% dos indivíduos concordam totalmente com a afirmação em comparação a 53,9% no Baixo Madeira. Esses dados ressaltam a importância de considerar fatores geográficos e logísticos na provisão de serviços de previdência social.

A região do Guaporé-Mamoré possui localidades onde, dependendo da época do ano, o deslocamento até a cidade mais próxima pode durar até sete dias. Esse fato, por si só, explica por que 57,8% da amostra aponta dificuldades de deslocamento até a cidade mais próxima. Além disso, na região do Baixo Madeira, 53,9% dos entrevistados mencionam dificuldades de deslocamento até Porto Velho (Rondônia) ou Humaitá (Amazonas), dependendo de sua localidade de residência.

Adicionalmente, é possível que a falta de confiança nas instruções dos servidores do INSS e a dificuldade em compreender os benefícios devidos, conforme observado nas respostas da Q3 e da Q4 no Baixo Madeira, contribuam para a percepção de impossibilidade de deslocamento até a cidade mais próxima. Deslocamentos que podem durar horas ou até dias envolvem custos financeiros e psicológicos significativos, tornando-se um fator adicional de dificuldade para os entrevistados dessa região.

Avaliação do impacto observado

Os resultados indicam impacto positivo de R\$ 413,27 na renda média dos indivíduos do grupo de tratamento em comparação com o grupo de controle. Esse impacto pode ser atribuído à política pública do PREVBarco, que proporciona um atendimento mais acessível e humanizado às comunidades ribeirinhas, facilitando o acesso aos benefícios previdenciários e mitigando a possibilidade de maior desigualdade social na região.

O método de pareamento utilizado garantiu a possibilidade de comparação entre os grupos, isolando a variável de participação no PREVBarco como o fator diferencial. A análise sugere que a intervenção do PREVBarco melhora significativamente a compreensão e o acesso aos benefícios do INSS, conforme observa-se nas respostas do survey, refletindo-se em uma renda média maior para os indivíduos atendidos.

Ao comparar a renda média das regiões estudadas, Guaporé-Mamoré (R\$ 1.084,83) e Baixo Madeira (R\$ 671,56), com a renda média do estado de Rondônia (R\$ 1.523,40) e da Amazônia Legal (R\$ 1.285,00), Gráfico 1, observa-se que, apesar das metodologias distintas de cálculo, essas regiões apresentam valores significativamente inferiores às demais médias regionais. Isso indica que, embora o programa PREVBarco contribua para a mitigação das desigualdades sociais na região do Guaporé-Mamoré, essa contribuição ainda é insuficiente para elevar a renda média local ao nível de Rondônia. A situação é ainda mais crítica na região do Baixo Madeira, onde a ausência do programa PREVBarco e de outras políticas públicas resulta em uma renda média consideravelmente mais baixa.

Conclusão

Neste artigo, foi analisado o impacto do programa PREVBarco nas comunidades ribeirinhas do Guaporé-Mamoré, revelando que ele tem um efeito positivo significativo na renda dos beneficiários, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e econômicas. Utilizando o método de pareamento, validou-se que a única diferença significativa entre os grupos de tratamento e controle era a participação no programa. A análise detalhada de pareamento e renda forneceu informações importantes sobre as desigualdades sociais nas regiões do Baixo Madeira e do Guaporé-Mamoré. A literatura de Amartya Sen (2000) fornece condições para interpretar o impacto do programa em termos de desenvolvimento humano e expansão das liberdades, uma vez que o aumento da renda pode gerar mais possibilidades de escolhas para os residentes daquela região, melhorando suas condições de vida.

Não obstante, a análise da percepção e satisfação dos entrevistados, baseada no *survey*, revela diferenças significativas entre as duas regiões estudadas. Os dados indicam maior confiança e compreensão dos benefícios previdenciários entre os residentes da região do Guaporé-Mamoré, o que se atribui ao atendimento humanizado e específico proporcionado pelo PREVBarco, que leva em consideração as condições locais. Em contrapartida, a região do Baixo Madeira, que não conta com o programa, enfrenta maiores desafios em termos de acesso e compreensão dos serviços do INSS. Retoma-se Oliveira e Varella (2014), que apontam que o PREVBarco exemplifica uma estratégia eficaz de inclusão pela Previdência Social, ampliando o atendimento em regiões geograficamente dispersas e de difícil acesso.

Os resultados sugerem que intervenções como o PREVBarco têm potencial significativo para reduzir desigualdades, melhorando a acessibilidade e capacitando os beneficiários. Políticas públicas direcionadas que considerem as especificidades regionais e promovam a educação, a capacitação e a infraestrutura são fundamentais para promover a equidade social e econômica.

Embora os resultados sejam promissores, este estudo apresenta algumas limitações, como a restrição a características observáveis para o pareamento e a ausência de dados longitudinais que poderiam capturar melhor os efeitos de longo prazo do programa. Pesquisas futuras podem explorar o impacto dos programas em outras regiões, a fim de verificar se os resultados se mantêm. Também seria benéfico investigar outros fatores que possam influenciar a eficácia de tais programas, como o engajamento comunitário e a qualidade do serviço prestado.

Em conclusão, o PREVBarco configura-se como uma iniciativa crucial para a redução das desigualdades sociais, ao ampliar a acessibilidade e oferecer suporte necessário a populações vulneráveis. O impacto socioeconômico observado na região do Guaporé-Mamoré em

detrimento da região do Baixo Madeira, é positivo, refletindo-se em um aumento de R\$ 413,27 na renda média dos indivíduos do grupo de tratamento. Nesse contexto, Das Neves et al. (2017) destacam a relevância das políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais, ressaltando a necessidade de consolidar os resultados obtidos nas primeiras fases dessas políticas para promover um desenvolvimento mais amplo. Assim, a expansão da política pública para a região do Baixo Madeira representa um passo fundamental para a consolidação dessa política pública.

Anexo I. Questionário de estudo

Idade: ____ Sexo: () Homem () Mulher Comunidade: _____					
Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo					
Ocupação: () Produtor rural () Empregado () CI () Indígena () Extrativista () Outro: _____					
Escolaridade: () Básico () Médio () Superior (Faculdade)					
Renda salarial (individual): () Sem renda () 1/2 salário-mínimo () 1 salário-mínimo () 2 salários-mínimos () 3 salários-mínimos () Mais 4 salários-mínimos					
Você já precisou de algum serviço do INSS? () Sim () Não					
Afirmativas	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
É fácil para mim encontrar e conhecer sobre um serviço do INSS.	1	2	3	4	5
Eu sei pedir um benefício no INSS sozinho.	1	2	3	4	5
Fico confiante com a instrução que o INSS me fornece.	1	2	3	4	5
É fácil para mim entender quais os benefícios são devidos a mim.	1	2	3	4	5
Estou satisfeita com a quantidade de formulários e documentação necessários para completar o processo de um benefício.	1	2	3	4	5
Tenho dificuldade em ir até o INSS presencialmente para requerer benefício.	1	2	3	4	5
Tenho dificuldade em acessar o INSS digital para requerer benefício.	1	2	3	4	5
Me sinto confortável com a forma como os servidores do INSS me atendem.	1	2	3	4	5
Tive dificuldade em elaborar e gerar novas informações e documentos.	1	2	3	4	5
Necessito de ajuda de outra pessoa para requisitar os serviços do INSS.	1	2	3	4	5
Caso necessite de ajuda, sinalizar de quem recebe a ajuda:	() familiar ou amigo () profissional contratado () Instituição pública ou representativa				
Muitos pareceres e despachos não refletem minha condição/pedido.	1	2	3	4	5
Você já foi atendido(a) pelo PREVBarco? () Sim ou () Não					

Anexo II. Grupo tratamento (região Guaporé-Mamoré) e grupo controle (região Baixo Madeira)

Indivíduo	Região	Local	Idade	Faixa Etária	Estado Civil	Filiação	Escolaridade	Renda	Gênero	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14
17	Guaporé-Mamoré	Sagarana	43	42-44	casado(a)	Indígena	Básico	Menor SM	M	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	Instituição	3	Sim	Sim
18	Guaporé-Mamoré	Sagarana	47	45-47	casado(a)	Indígena	Básico	Menor SM	F	1	1	5	3	1	5	5	5	5	5	Familiar	5	Sim	Sim
19	Guaporé-Mamoré	Sagarana	54	54-56	casado(a)	Indígena	Básico	Menor SM	F	1	1	5	5	5	5	5	4	5	1	0	3	Sim	Sim
27	Guaporé-Mamoré	Sagarana	35	33-35	solteiro(a)	Servidor - RPPS	Superior	3 SM	F	1	1	1	5	2	5	5	2	5	5	Familiar	4	Sim	Sim
30	Guaporé-Mamoré	Sagarana	40	39-41	casado(a)	Indígena	básico	0	F	1	1	1	5	1	4	4	1	5	4	Familiar	4	Sim	Sim
31	Guaporé-Mamoré	Sagarana	36	36-38	casado(a)	Indígena	médio	Menor SM	F	1	1	1	5	1	4	4	4	5	5	Familiar	4	Sim	Sim
33	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	45	45-47	casado(a)	Indígena	Médio	0	F	2	1	4	1	4	4	5	5	4	4	Familiar	2	Sim	Sim
36	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	47	45-47	casado(a)	Indígena	básico	1 SM	M	1	1	4	1	2	4	4	2	4	4	instituição	2	Sim	Sim
39	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	22	21-23	casado(a)	Indígena	Médio	Menor SM	F	1	2	5	1	5	2	5	4	1	5	instituição	1	Sim	Sim
43	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	51	51-53	casado(a)	Indígena	básico	Menor SM	Prefiro Não Dizer	1	1	5	1	3	1	5	1	5	5	0	3	Sim	Sim
44	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	54	54-56	casado(a)	Indígena	básico	1 SM	F	5	1	5	2	5	5	5	5	3	5	Familiar	2	Sim	Sim
45	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	54	54-56	solteiro(a)	Indígena	básico	1 SM	F	1	1	5	5	3	5	5	1	3	5	Familiar	3	Sim	Sim
47	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	32	30-32	casado(a)	Indígena	médio	Menor SM	F	4	4	4	1	5	5	5	4	4	5	instituição	4	Sim	Sim
48	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	35	33-35	solteiro(a)	Indígena	médio	1 SM	F	5	5	5	5	5	5	5	5	5	1	instituição	5	Sim	Sim
49	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	24	24-26	casado(a)	Indígena	médio	Menor SM	F	5	5	5	4	5	5	4	5	5	1	instituição	5	Sim	Sim
50	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	56	54-56	casado(a)	Indígena	médio	2 SM	F	5	2	4	5	4	2	4	4	2	5	instituição	2	Sim	Sim
52	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	28	27-29	casado(a)	Indígena	médio	1 SM	F	5	3	5	5	1	1	5	2	4	4	instituição	5	Sim	Sim
54	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	46	45-47	casado(a)	Indígena	básico	0	F	1	1	4	1	2	2	4	2	4	4	profissional	2	Sim	Sim
55	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	29	27-29	solteiro(a)	Indígena	básico	1 SM	M	1	1	5	5	1	5	5	5	5	5	instituição	5	Sim	Sim
58	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	39	39-41	casado(a)	Indígena	médio	0	M	4	4	2	4	1	4	4	4	4	4	Profissional	4	Sim	Sim
60	Guaporé-Mamoré	Ricardo Franco	46	45-47	casado(a)	Indígena	básico	Menor SM	M	1	1	5	5	1	1	5	5	4	5	instituição	5	Sim	Sim

Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense

62	Guaporé-Mamoré	Capoeirinha	48	48-50	casado(a)	Indígena	Básico	Menor SM	M	1	1	1	1	1	5	3	3	5	5	instituição	3	Sim	Sim
65	Guaporé-Mamoré	Capoeirinha	26	24-26	solteiro(a)	Indígena	Médio	0	M	5	1	5	1	1	5	3	5	5	5	instituição	5	Sim	Sim
67	Guaporé-Mamoré	Cajueiro	46	45-47	solteiro(a)	Indígena	Médio	2 SM	M	5	1	0	5	3	1	3	5	5	1	instituição	3	Sim	Sim
68	Guaporé-Mamoré	Resex	79	Mais de 65	casado(a)	Extrativista	Básico	1 SM	M	1	1	5	5	5	1	1	5	1	5	Familiar	4	Sim	Sim
70	Guaporé-Mamoré	Resex	76	Mais de 65	casado(a)	Extrativista	Básico	1 SM	M	1	1	5	5	5	1	3	5	1	5	Familiar	5	Sim	Sim
71	Guaporé-Mamoré	Resex	71	Mais de 65	casado(a)	Extrativista	Básico	1 SM	F	1	1	5	5	5	1	3	5	1	5	Familiar	5	Sim	Sim
72	Guaporé-Mamoré	Resex	58	57-59	solteiro(a)	Extrativista	básico	Menor SM	M	1	1	3	3	1	5	3	4	5	5	Familiar	0	Sim	Sim
74	Guaporé-Mamoré	Resex	50	48-50	casado(a)	Extrativista	básico	Menor SM	M	1	1	4	4	2	4	4	3	4	4	0	4	Sim	Sim
77	Guaporé-Mamoré	Resex	40	39-41	casado(a)	Extrativista	médio	Menor SM	F	1	1	3	3	2	5	4	3	5	4	Familiar	5	Sim	Sim
80	Guaporé-Mamoré	Resex	55	54-56	casado(a)	Extrativista	básico	Menor SM	F	1	1	3	2	4	5	3	5	5	5	instituição	5	Sim	Sim
81	Guaporé-Mamoré	Resex	67	Mais de 65	casado(a)	Extrativista	Médio	2 SM	M	5	4	3	5	4	5	1	4	3	4	Familiar	3	Sim	Sim
85	Guaporé-Mamoré	Santo André	19	18-20	casado(a)	Indígena	Básico	0	M	1	1	1	5	1	5	3	4	2	5	Familiar	1	Sim	Sim
92	Guaporé-Mamoré	Santo André	27	27-29	solteiro(a)	Indígena	Médio	Prefiro Não Dizer	F	1	2	4	2	2	5	3	3	4	4	Familiar	4	Sim	Sim
98	Guaporé-Mamoré	Santo André	35	33-35	casado(a)	Indígena	Médio	1 SM	M	1	1	1	1	1	5	3	5	1	4	instituição	5	Sim	Sim
102	Guaporé-Mamoré	Santo André	28	27-29	casado(a)	Indígena	Médio	0	M	1	1	1	1	5	5	3	5	5	5	instituição	5	Sim	Sim
105	Guaporé-Mamoré	Santo André	35	33-35	casado(a)	Empregado	médio	2 SM	M	1	1	1	1	1	5	3	1	5	5	instituição	0	Sim	Sim
106	Guaporé-Mamoré	Santo André	36	36-38	casado(a)	Indígena	Médio	1 SM	M	1	1	3	1	1	5	3	1	5	4	instituição	5	Sim	Sim
109	Guaporé-Mamoré	Santo André	37	36-38	casado(a)	Indígena	Médio	1 SM	M	1	1	5	1	1	5	3	5	5	5	instituição	0	Sim	Sim
262	Guaporé-Mamoré	Resex	55	54-56	casado(a)	Extrativista	médio	1 SM	F	1	1	5	5	1	1	3	5	1	5	Familiar	5	Sim	Sim
264	Guaporé-Mamoré	Resex	54	54-56	casado(a)	Extrativista	AnalFabeto	Menor SM	F	1	1	5	5	5	5	5	5	1	5	Familiar	5	Sim	Não

Anexo II. Grupo Controle (Região Baixo Madeira)

Indivíduo	Região	Local	Idade	Faixa Etária	Estado Civil	Filiação	Escolaridade	Renda	Gênero	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14
112	Baixo Madeira	Aliança	59	57-59	casado(a)	Produtor Rural	Básico	0	F	1	1	1	3	1	5	5	1	5	5	Familiar	3	Sim	Não
119	Baixo Madeira	Aliança	46	45-47	casado(a)	Produtor Rural	Básico	2 SM	F	1	1	1	5	1	5	5	1	5	5	Familiar	1	Sim	Não
120	Baixo Madeira	Aliança	39	39-41	casado(a)	Produtor Rural	Básico	0	F	1	5	3	5	1	1	1	5	5	1	0	3	Sim	Não
123	Baixo Madeira	Aliança	50	48-50	casado(a)	Produtor Rural	básico	0	M	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	ProFissional	3	Sim	Não
126	Baixo Madeira	Aliança	63	63-65	casado(a)	CI	médio	Menor SM	M	1	1	1	5	1	1	5	1	1	5	instituição	3	Sim	Não
127	Baixo Madeira	Aliança	36	36-38	casado(a)	Produtor Rural	médio	0	F	1	1	5	1	1	5	1	1	5	5	Familiar	3	Sim	Não
128	Baixo Madeira	Aliança	26	24-26	casado(a)	Produtor Rural	médio	0	F	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	Familiar	1	Sim	Não
130	Baixo Madeira	Aliança	55	54-56	casado(a)	Facultativo	básico	0	F	2	1	5	5	1	5	5	1	5	5	instituição	1	Sim	Não
131	Baixo Madeira	Aliança	57	57-59	solteiro(a)	Produtor Rural	médio	0	M	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	ProFissional	3	Sim	Não
132	Baixo Madeira	Aliança	37	36-38	casado(a)	Produtor Rural	Básico	0	M	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3	0	3	Sim	Não
139	Baixo Madeira	São Carlos	40	39-41	casado(a)	Produtor Rural	Médio	Menor SM	F	4	1	1	1	1	5	5	1	5	5	ProFissional	5	Sim	Não
141	Baixo Madeira	São Carlos	53	51-53	casado(a)	Produtor Rural	Médio	2 SM	M	1	1	1	1	1	2	1	1	1	5	ProFissional	3	Sim	Sim
142	Baixo Madeira	São Carlos	53	51-53	casado(a)	Produtor Rural	Médio	Menor SM	F	4	1	1	1	1	5	5	1	1	5	0	3	Sim	Não
154	Baixo Madeira	São Carlos	44	42-44	casado(a)	CI	Médio	0	F	1	1	1	5	1	1	5	1	1	5	ProFissional	5	Sim	Não
155	Baixo Madeira	São Carlos	25	24-26	solteiro(a)	CI	Médio	0	M	1	1	2	3	1	1	5	1	2	2	0	4	Sim	Não
156	Baixo Madeira	São Carlos	47	45-47	casado(a)	Produtor Rural	básico	0	F	1	1	1	1	1	5	1	1	5	0	ProFissional	5	Sim	Não
158	Baixo Madeira	São Carlos	53	51-53	casado(a)	Produtor Rural	básico	0	F	1	1	1	1	1	5	5	1	1	5	ProFissional	5	Sim	Não
164	Baixo Madeira	São Carlos	27	27-29	casado(a)	CI	básico	2 SM	M	1	5	1	1	1	2	1	1	5	5	Familiar	3	Sim	Não
167	Baixo Madeira	São Carlos	67	Mais de 65	casado(a)	Produtor Rural	básico	1 SM	M	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	Sim	Não
168	Baixo Madeira	São Carlos	48	48-50	casado(a)	Produtor Rural	básico	0	M	1	1	5	5	3	1	1	3	1	5	Familiar	5	Sim	Não
169	Baixo Madeira	São Carlos	58	57-59	casado(a)	Produtor Rural	Médio	0	F	1	1	5	5	3	1	1	1	5	5	Familiar	3	Sim	Sim
173	Baixo Madeira	São Carlos	54	54-56	casado(a)	Produtor Rural	básico	0	F	1	1	1	1	1	5	5	3	5	5	Familiar	3	Sim	Não

Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense

179	Baixo Madeira	São Carlos	48	48-50	solteiro(a)	Produtor Rural	básico	0	M	1	1	1	5	1	5	5	1	5	1	Familiar	3	Sim	Não
180	Baixo Madeira	São Carlos	70	Mais de 65	solteiro(a)	Produtor Rural	básico	1 SM	M	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	Familiar	5	Sim	Não
184	Baixo Madeira	São Carlos	27	27-29	casado(a)	Produtor Rural	Médio	0	M	1	1	3	5	1	1	5	1	5	5	Familiar	3	Sim	Não
187	Baixo Madeira	São Carlos	73	Mais de 65	casado(a)	Produtor Rural	básico	1 SM	M	1	1	5	1	5	2	5	5	5	5	Familiar	1	Sim	Não
201	Baixo Madeira	Gleba Rio Preto	54	54-56	casado(a)	Produtor Rural	básico	1 SM	M	3	1	4	3	3	5	5	4	5	5	Familiar	5	Sim	Não
208	Baixo Madeira	Papagaio	50	48-50	casado(a)	Produtor Rural	AnalFabeto	0	F	1	1	5	1	5	5	5	5	1	5	Familiar	1	Sim	Não
211	Baixo Madeira	Terra Firme	38	36-38	casado(a)	Produtor Rural	Médio	Menor SM	M	1	1	5	1	5	5	5	1	5	5	ProFissional	3	Sim	Não
217	Baixo Madeira	Ressaca	40	39-41	casado(a)	Produtor Rural	básico	Menor SM	M	1	5	5	1	1	5	5	5	5	5	instituição	5	Sim	Não
219	Baixo Madeira	Terra Firme	27	27-29	casado(a)	Produtor Rural	Médio	1 SM	F	1	1	5	3	5	5	5	1	5	5	instituição	5	Sim	Não
224	Baixo Madeira	Terra Firme	55	54-56	solteiro(a)	Produtor Rural	básico	Menor SM	F	2	2	4	4	4	1	5	2	5	5	0	5	Sim	Não
230	Baixo Madeira	Calama	28	27-29	solteiro(a)	Produtor Rural	Médio	0	F	1	1	3	2	1	5	3	2	5	5	Familiar	2	Sim	Não
231	Baixo Madeira	Calama	37	36-38	casado(a)	Produtor Rural	Médio	0	M	1	3	3	4	2	5	4	5	5	4	Familiar	4	Sim	Não
233	Baixo Madeira	Calama	35	33-35	solteiro(a)	Produtor Rural	Médio	Menor SM	F	1	3	2	4	4	4	5	2	4	5	instituição	1	Sim	Não
234	Baixo Madeira	Calama	55	54-56	casado(a)	Produtor Rural	básico	1 SM	F	1	3	3	2	3	5	1	3	4	5	0	3	Sim	Não
238	Baixo Madeira	Calama	43	42-44	casado(a)	Produtor Rural	Médio	Menor SM	F	1	2	3	2	2	5	4	3	5	4	instituição	3	Sim	Não
242	Baixo Madeira	Calama	50	48-50	casado(a)	CI	Médio	1 SM	M	1	1	4	1	2	5	5	5	5	5	instituição	2	Sim	Não
245	Baixo Madeira	Marmelo	19	18-20	casado(a)	Indígena	Médio	Menor SM	F	1	1	1	1	1	5	5	3	5	5	instituição	1	Sim	Não
256	Baixo Madeira	Marmelo	43	42-44	solteiro(a)	Indígena	Superior	2 SM	F	1	1	2	1	1	1	5	3	1	5	instituição	3	Sim	Não
258	Baixo Madeira	Marmelo	40	39-41	casado(a)	Indígena	Médio	0	M	1	2	1	3	1	1	5	3	1	5	instituição	3	Sim	Não

Referências

- Amazônia Legal. (2023). *Visão integrada do território formado pelos nove estados da Amazônia Legal*. Amazônia Legal em Dados. <https://amazonialegalemdados.info/home/home.php?width=1360&height=768>
- Banco Mundial. (2022). *Proteção social para o Brasil do futuro*. Banco Mundial. <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/protacao-social-para-brasil-futuro>
- Campello, T., Falcão, T., & Costa, P. V. (2014). *O Brasil sem miséria*. MDS.
- Diniz, R., Koga, D., Silva, G. N. F., & Esteves, T. R. (2022). Território e políticas públicas no cotidiano do capitalismo periférico. *Revista de Políticas Públicas*, 26(esp.), 641-659. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321174063035>. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp641-659>
- Garcia, F., Helfand, S., & Souza, A. P. (2016). Transferências monetárias condicionadas y políticas de desenvolvimento rural en Brasil: Posíveis sinergias entre Bolsa Família e o Pronaf. In J. H. Maldonado (Ed.), *Protección, producción, promoción: Explorando sinergias entre protección social e fomento productivo rural na América Latina* (pp. 123-145). Universidad de los Andes.
- Hall, A., & Midgley, J. (2004). *Política social para o desenvolvimento*. Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9781446219973>
- Jesus, E. (2015). A previdência social e o trabalhador: Entre o acesso ao direito e a contribuição. *Revista Katál*, 18(2), 213-221. <https://doi.org/10.1590/1414-49802015180200007>
- Kliksberg, B. (2005). Hacia una nueva generación de políticas sociales en Latinoamérica: Un análisis comparativo. *Revista de Administração Pública*, 39(6), 1183-1229.
- Lechaptois, F. G. (2014). Trabajo Social, descolonización de las políticas públicas y saberes no hegemónicos. *Revista Katálysis*, 17(1), 87-94.
- Licona, G. H. (2001). *Políticas para promover una ampliación de la cobertura de los sistemas de pensiones: El caso de México*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321174063035>
- Lipsky, M. (1980). *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation. <https://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610447713>. <https://doi.org/10.7758/9781610447713>
- Menchise, R. M., Ferreira, D. M., & Fernández Álvarez, A. L. (2023). Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 16(1), 1-21. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274>
- Neri, M. C. (2012). *A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Fundação Getúlio Vargas Social.
- Neves, J. A. S. das, De Castilho e Silva, C. B., De Lima, J. R. F., De Aquino, J. R., & Schneider, S. (2017). Recent social policies and rural development in Brazil: The Family Allowance Programme in rural areas. *Review of Agrarian Studies*, 7(1), 49-71. <https://doi.org/10.25003/RAS.07.01.0003>
- Saboia, J. (2003). *Benefícios não contributivos e o combate à pobreza de idosos no Brasil*. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://portalantigo.ipea.gov.br/>

[agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_19_Cap_11.pdf](#)

Schneider, S. (2015). *A articulação de políticas para a superação da pobreza rural: Um estudo comparativo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e as políticas de inclusão produtiva nas regiões Nordeste e Sul do Brasil*. (Relatório de pesquisa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análises, casos práticos* (2ª ed.). Cengage Learning.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, trad.). Companhia das Letras.

Oliveira, C. G., & Varella, P. (2014). *PREVBarcos: Estratégia de inclusão pela previdência social*. Escola Nacional de Administração Pública. http://casoteca.enap.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=104

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>

Zanirato, S. H. (2009). *O descanso do guerreiro: Um estudo sobre a instituição da previdência social no Brasil*. Editora Estadual da Universidade de Maringá.

Sobre o autor

Saulo Sampaio Macedo

Gerente-executivo do Instituto Nacional do Seguro Social em Rondônia; mestre em Administração Pública e especialista em Planejamento Estratégico.

Para citar este artigo:

Macedo, SS. Redução da desigualdade social por meio do atendimento itinerante do INSS na Amazônia rondoniense. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, (90), 188-232. <https://doi.org/10.69733/clad.ryd.n90.a381>

